

AGENDA DA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

VOLUME 7

PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS

NÚMERO 2



ADM

Armas de Destruição em Massa

A Nova Estrutura Estratégica

julho de 2002

ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA: A NOVA ESTRUTURA ESTRATÉGICA

“O mais grave risco para a liberdade está nos perigosos cruzamentos entre radicalismo e tecnologia. Quando a disseminação de armas químicas, biológicas e nucleares, juntamente com a tecnologia de mísseis balísticos - quando isso ocorre, mesmo Estados fracos e pequenos grupos podem adquirir poder catastrófico para abalar grandes nações. Nossos inimigos declararam esta intenção e foram pegos à procura dessas armas terríveis. Eles querem obter a capacidade de chantagear-nos, causar-nos dano ou causar danos aos nossos amigos - e nos opoemos a eles com toda a nossa força.



O Presidente Bush recebe saudação dos cadetes na Academia Militar dos Estados Unidos em West Point, Nova York, 1º de junho de 2002. (AP Foto/Stephan Savoia)

Em grande parte do último século, a defesa dos Estados

Unidos confiou nas doutrinas de intimidação e contenção da Guerra Fria. Em alguns casos, essas estratégias ainda se aplicam. Mas novas ameaças também exigem novas análises. A intimidação - promessa de retaliação maciça contra as nações - nada significa contra as nebulosas redes terroristas sem nação ou cidadãos a defender. A contenção não é possível quando ditadores desequilibrados com acesso a armas de destruição em massa podem lançar essas armas em mísseis ou fornecê-las secretamente a aliados terroristas.

Não podemos defender os Estados Unidos e nossos amigos esperando pelo melhor. Não podemos depositar nossa fé na palavra de tiranos, que assinam solenemente tratados de não-proliferação e os rompem sistematicamente. Se aguardarmos as ameaças se materializem por completo, teremos aguardado tempo demais.

A defesa da pátria e a defesa contra mísseis são parte da segurança mais forte e prioridades essenciais dos Estados Unidos. Ainda assim, a guerra contra o terror não será vencida na defensiva. Precisamos levar a batalha até o inimigo, destruir seus planos e enfrentar as piores ameaças antes que elas surjam. No mundo em que ingressamos, o único caminho para a segurança é o caminho da ação. E esta nação irá agir”.

George W. Bush

Presidente dos Estados Unidos da América

(Trechos do pronunciamento do presidente George W. Bush em 1º de junho de 2002, na Academia Militar dos Estados Unidos em West Point, Nova York)

Nota do Editor: Esta 22ª edição da *Agenda da Política Externa dos EUA* discute a ameaça imposta por armas de destruição em massa, seus meios de lançamento e o desenvolvimento de nova estrutura estratégica para combater essa ameaça, através de uma série de artigos e materiais de referência de especialistas do Governo dos Estados Unidos e dos setores acadêmico e privado.

A G E N D A D A

POLITICA EXTERNA DOS EUA

Publicação Eletrônica do Departamento de Estado dos Estados Unidos

ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA: A NOVA ESTRUTURA ESTRATÉGICA

ÍNDICE

PREFÁCIO	2
<hr/>	
<i>George W. Bush</i> <i>Presidente dos Estados Unidos da América</i>	
© EM FOCO	
A NOVA ESTRUTURA ESTRATÉGICA: RESPOSTA ÀS AMEAÇAS DO SÉCULO XXI	6
<hr/>	
<i>John Bolton</i> <i>Subsecretário de Estado para Controle de Armas e Segurança Internacional</i>	
ABORDAGENS NORTE-AMERICANAS À NÃO-PROLIFERAÇÃO	8
<hr/>	
<i>John Wolf</i> <i>Secretário-adjunto de Estado para Não-Proliferação</i>	
DEFESAS CONTRA MÍSSEIS E NOVAS ABORDAGENS PARA A INTIMIDAÇÃO	12
<hr/>	
<i>Kerry Kartchner</i> <i>Escritório de Defesas Estratégicas e Campais, Escritório de Controle de Armas, Departamento de Estado</i>	
REDUÇÕES DE ARMAS OFENSIVAS NUCLEARES - PASSADO E PRESENTE	17
<hr/>	
<i>Richard A. Davis</i> <i>Diretor do Escritório de Implementação e Negociações Estratégicas</i> <i>Escritório de Controle de Armas, Departamento de Estado</i>	
DEFESA CONTRA MÍSSEIS BALÍSTICOS	21
<hr/>	
<i>David Martin</i> <i>Vice-responsável de Relações Estratégicas, Agência de Defesa contra Mísseis,</i> <i>Agência de Defesa contra Mísseis</i>	
A TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES RUSSO-AMERICANAS	24
<hr/>	
<i>Matthew A. Cordova</i> <i>Responsável Sênior de Assuntos Militares e Políticos,</i> <i>Escritório de Assuntos Europeus e Eurasiáticos, Escritório de Assuntos Regionais e Políticos, Departamento de Estado</i>	
A FRENTE RUSSO-AMERICANA CONTRA O TERRORISMO E A PROLIFERAÇÃO DE ARMAS	29
<hr/>	
<i>Senador Richard Lugar</i>	

© **COMENTÁRIOS**

A TRANSFORMAÇÃO DO RELACIONAMENTO RUSSO-AMERICANO: COLOCANDO A POLÍTICA DO PODER NO SEU LUGAR	33
--	-----------

*Baker Spring
Fundação Heritage*

A NOVA ESTRUTURA ESTRATÉGICA RUSSO-AMERICANA: AVALIAÇÃO PRELIMINAR	37
---	-----------

*Michael O'Hanlon
Instituto Brookings*

A CRESCENTE AMEAÇA DAS ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA NO ORIENTE MÉDIO	41
---	-----------

*Professor Anthony H. Cordesman
Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais*

© **GUIA DE LEITURAS ADICIONAIS**

ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA: A NOVA ESTRUTURA ESTRATÉGICA BIBLIOGRAFIA	46
--	-----------

ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA: A NOVA ESTRUTURA ESTRATÉGICA SITES NA INTERNET	48
---	-----------

CAPA: *A ilustração demonstra os símbolos para os produtos químicos, biológicos, para as armas radiológico-nucleares e míssil balístico.*

AGENDA DA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS

VOLUME 7 • NÚMERO 2 • JULHO DE 2002

O Escritório de Programas Internacionais de Informação do Departamento de Estado dos Estados Unidos fornece produtos e serviços que expõem as políticas, sociedade e valores dos Estados Unidos para audiências estrangeiras. O Escritório edita cinco publicações eletrônicas que examinam questões importantes enfrentadas pelos Estados Unidos e pela comunidade internacional. As publicações — Perspectivas Econômicas, Questões Globais, Temas de Democracia, Agenda da Política Externa dos EUA e Sociedade e Valores dos EUA — fornecem declarações de políticas norte-americanas, bem como análises, comentários e informações básicas em suas áreas temáticas.

Todas as edições aparecem em versões em idiomas inglês, francês, português e espanhol, com edições selecionadas também sendo publicadas em árabe e russo. As edições em língua inglesa são publicadas em intervalos aproximados de um mês. As versões traduzidas normalmente seguem-se ao original em inglês após duas a quatro semanas.

As opiniões expressas nas publicações não refletem, necessariamente, as opiniões ou políticas do governo dos Estados Unidos. O Departamento de Estado dos Estados Unidos não assume nenhuma responsabilidade pelo teor e contínua acessibilidade de sites na Internet relacionados ao presente; essa responsabilidade reside unicamente com os responsáveis por esses sites. Os artigos podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos, exceto pelos artigos que incluam restrições explícitas de direitos autorais sobre esse uso. Usuários potenciais de fotos com crédito necessitam obter a liberação de uso junto à fonte mencionada.

Edições atuais ou anteriores das publicações, bem como o índice de publicações futuras, podem ser encontradas na Home Page Internacional do Escritório de Programas Internacionais de Informação na World Wide Web, no endereço <http://usinfo.state.gov/journals/journals.htm>. Elas são disponíveis em diversos formatos eletrônicos para possibilitar sua leitura online, transferência, download e impressão.

Envie seus comentários à sua Embaixada local dos Estados Unidos ou aos escritórios editoriais:

*Editor, Agenda da Política Externa dos EUA
Segurança Política - IIP/T/PS
Departamento de Estado dos Estados Unidos
301 4th Street, S.W.
Washington, D.C. 20547
Estados Unidos da América
E-mail: ejforpol@pd.state.gov*

Salientamos que esta edição da AGENDA DA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA pode ser encontrada na Home Page Internacional do Escritório de Programas Internacionais de Informação na World Wide Web, no endereço: "<http://usinfo.state.gov/journals/itps/0702/ijpe/ijpe0702.htm>".

Editor Chefe	Judith S. Siegel
Editor	James Hutcheson
Editor Gerente	David A. Denny
Editor Associado	Wayne Hall
Editores Colaboradores	Brenda Butler
.....	Ralph Dannheisser
.....	Margaret Kammeyer
.....	Merle D. Kellerhals, Jr.
.....	Margaret A. McKay
.....	Jody Rose Platt
.....	Jacquelyn S. Porth
Especialistas de Referência ..	Sam Anderson
.....	Camille Lyon
.....	Rebecca Ford Mitchell
.....	Vivian Stahl
Assistente de Programas	Tracy Nelson
Estagiário de	
Segurança Política	Rivers Powers
Diretor de Arte	Min Yao
Assistente Gráfico	Sylvia Scott
Conselho Editorial	George Clack
.....	Judith S. Siegel
.....	Leonardo Williams

A NOVA ESTRUTURA ESTRATÉGICA: UMA RESPOSTA ÀS AMEAÇAS DO SÉCULO XXI

John R. Bolton

Subsecretário de Estado para Controle de Armas e Segurança



A nova estrutura estratégica é uma "reflexão apropriada não apenas para o relacionamento pós-Guerra Fria entre os Estados Unidos e a Rússia, mas para as novas ameaças de segurança que enfrentamos no século 21", afirma John R. Bolton, subsecretário de Estado para Controle de Armas e Segurança Internacional. Ele afirma que a estrutura, acertada pelos presidentes Bush e Putin durante sua reunião em Moscou, em maio, envolve "reduzir o número de armas nucleares ofensivas, criar sistemas defensivos que protegem contra ataques com mísseis, reforçar medidas de não-proliferação e combate à proliferação e cooperar com a Rússia para combater o terrorismo".

Desde os trágicos acontecimentos de 11 de setembro, quando o mundo foi testemunha das ambições mortais de terroristas, o governo Bush agiu rapidamente para combater ameaças terroristas iminentes e identificar futuros ataques. Apesar dos ataques em Nova York e Washington terem sido realizados através de meios que utilizavam relativamente pouca tecnologia, eles causaram danos enormes e fatalidades sem precedentes. Enquanto combatemos a ameaça do terrorismo, devemos estar preparados para uma escalada cada vez mais maior dos meios de ataque, com armas projetadas para matar cada vez mais pessoas e causar devastação em nossa infra-estrutura.

Os riscos impostos pela proliferação de armas de destruição em massa (ADM) nos rondam há algum tempo, mas agora, enquanto os Estados Unidos trabalham para livrar o mundo da ameaça terrorista, não devemos desprezar o perigo real e aumentado imposto por armas químicas, biológicas e nucleares que chegam às mãos de terroristas. Como alertado pelo presidente Bush, "todos os países de nossa coalizão devem levar a sério a ameaça do terror em escala catastrófica – o terror armado com armas biológicas, químicas ou nucleares". Ditadores em países hostis como Irã, Iraque e Coreia do Norte já possuem algumas ADM e estão desenvolvendo outras. Seus aliados terroristas estão em busca dessas armas e não perderiam uma oportunidade de utilizá-las contra nós.

Enquanto analisamos o ambiente de segurança, uma forte ligação entre Estados patrocinadores do terrorismo e a proliferação de ADM torna-se imediatamente aparente. Acreditamos que com muito poucas exceções, grupos terroristas não adquiriram e não podem adquirir ADM sem o apoio desses países. Assim estamos agindo para acabar com o patrocínio do terror pelos países e expor esses países que estão adquirindo ADM, muitas vezes violando tratados mundiais de não-proliferação.

Ao combater essas ameaças urgentes, o governo Bush acredita que conceitos da Guerra Fria de destruição mútua garantida – a ameaça de um ataque formidável de retaliação em resposta a uma provocação – e de contenção não são mais adequados. Essas táticas faziam sentido quando nossa maior ameaça vinha de uma superpotência inimiga que dispunha de armas nucleares. Mas não fazem sentido em um mundo onde terroristas itinerantes sustentam-se com a ligação a regimes ditatoriais hostis aos Estados Unidos e seus aliados. A situação internacional de segurança mudou e devemos adaptar nossas defesas e recursos para isso.

Em resposta a essa nova situação internacional de segurança, os presidentes Bush e Putin chegaram a um acordo sobre uma estratégia de segurança abrangente chamada de Nova estrutura estratégica durante sua reunião em maio de 2002, em Moscou. A Nova estrutura estratégica envolve reduzir o número de armas nucleares ofensivas, criar sistemas

defensivos contra ataques com mísseis, reforçar medidas de não-proliferação e combate à proliferação e cooperar com a Rússia para combater o terrorismo. Ela foi criada com a crença de que uma relação pós-Guerra Fria entre a Rússia e os Estados Unidos permite novos enfoques a questões de controle de armas.

Conseqüentemente, os presidentes Bush e Putin assinaram um documento histórico pedindo a redução das forças nucleares estratégicas de seus países nos próximos anos para um total entre 1,7 mil e 2,2 mil ogivas estratégicas operacionalmente posicionadas. Essa dependência reduzida de armas nucleares forma um elemento central da Nova estrutura estratégica, junto com um novo conceito de contenção baseado em uma defesa limitada de mísseis.

Em junho, os Estados Unidos retiraram-se formalmente do Tratado de Mísseis Antibalísticos, permitindo o desenvolvimento e a mobilização de um sistema para oferecer proteção contra a ameaça balística de mísseis vindas de Estados hostis. O Tratado Antibalístico, assinado pelos Estados Unidos e a União Soviética em 1972, impunha problemas fundamentais à necessidade dos EUA de defenderem-se da crescente ameaça de mísseis – uma ameaça que não existia quando o tratado foi criado. O tratado também impediu o desenvolvimento de relacionamentos construtivos com os russos, baseados na idéia, vigente na Guerra Fria, de destruição mútua garantida. Os Estados Unidos agora trabalham em seis silos subterrâneos interceptadores de mísseis em Fort Greely, no Alasca, e há planos de mobilizarmos defesas em camadas – de terra, mar e ar – que oferecerão proteção contra um ataque limitado com mísseis a nosso país, nossos amigos e nossos aliados. Planejamos trabalhar com a Rússia e nossos aliados na pesquisa e desenvolvimento de um sistema como esse, no momento em que a ameaça com mísseis vinda de países hostis também está batendo a suas portas.

Impedir a proliferação de tecnologias de mísseis e tecnologia nuclear através de esforços de não-

proliferação constitui outro elemento crítico da Nova estrutura estratégica. Os presidentes Bush e Putin concordaram em aumentar a cooperação na prevenção da proliferação de ADM. Nós e os russos reafirmamos nosso apoio a importantes tratados mundiais como o Tratado de Não-proliferação de Armas Nucleares (TNP), a Convenção de Armas Biológicas (CAB) e a Convenção de Armas Químicas (CAQ), e os Estados Unidos continuarão a insistir no cumprimento total entre seus respectivos membros.

Além desses tratados mundiais, regimes multilaterais como o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (RCTM) e o Acordo Wassenaar também desempenham um papel crítico para controlar a exportação de tecnologias sensíveis ou de uso dual.

Temos discussões contínuas com os russos sobre nossas preocupações relativas à proliferação de tecnologias de mísseis e nucleares por algumas entidades russas para países como o Irã. Nos comprometemos a trabalhar com a Rússia para garantir que o país esteja esforçando-se para deter a proliferação, aplicando leis de controle de exportação e punindo infratores. Acima de tudo, temos que garantir que possíveis proliferadores não tenham acesso aos materiais e à tecnologia necessária para o desenvolvimento de ADM.

O novo e amplo acordo de segurança da Nova estrutura estratégica é uma reflexão apropriada não apenas para o relacionamento pós-Guerra Fria entre os Estados Unidos e a Rússia, mas para as novas ameaças de segurança que enfrentamos no século 21. Elas serão caracterizadas por ameaças terroristas transnacionais cada vez mais difíceis de isolar e identificar e pelos perigos bastante reais que a tecnologia biológica, química ou nuclear impõe quando seqüestradas por forças hostis. A parceria e cooperação entre os Estados Unidos e a Rússia têm sido um objetivo fundamental do governo Bush desde o início e nossos países trabalharão juntos para deter os perigos que nos ameaçam e ameaçam o resto do mundo civilizado. ©

ABORDAGENS NORTE-AMERICANAS À NÃO-PROLIFERAÇÃO

John S. Wolf

Secretário-adjunto de Estado para Não-Proliferação



Impedir que a tecnologia e os conhecimentos sobre armas de destruição em massa (WMD) cheguem aos interessados em sua proliferação é “um fator essencial” para a política de não-proliferação dos EUA, afirmou o secretário-adjunto do departamento de Estado para não-proliferação, John Wolf. Segundo ele, os principais fatores dos desafios enfrentados pelos EUA são: redução e desativação da produção de materiais para WMD; impedir que o Irã compre WMD e mísseis; impedir a proliferação nuclear e de mísseis no sul da Ásia; fortalecer os controles de exportação, especialmente para o Iraque; e fortalecer a Agência Internacional de Energia Atômica.

“Todas as nações devem levar a sério a crescente ameaça do terror em escala catastrófica – o terror armado com armas biológicas, químicas e nucleares. Alguns países que patrocinam o terror estão buscando ou já possuem armas de destruição em massa; existem grupos terroristas interessados nestas armas e elas as usarão sem qualquer problema de consciência. Não pode haver margem de erro para impedir que as armas de destruição em massa se espalhem, porque não temos a chance de aprender com os erros. Nossa coalizão deve agir cuidadosamente, mas a falta de ação não é uma opção.”

(Trecho do pronunciamento do presidente George W. Bush, durante a cerimônia dos seis meses dos ataques de 11 de setembro)

Comandando os esforços internacionais para impedir a proliferação de materiais, equipamentos, conhecimentos e tecnologias necessárias para se obter armas de destruição em massa (WMD) e as formas de distribuí-las têm sido há muito tempo uma prioridade do governo dos EUA. Mas os ataques terroristas de 11 de setembro e as subsequentes mortes por antraz criaram um novo sentido de urgência na luta contra a proliferação. O que o presidente deixou claro é que este esforço não é apenas mais um dos muitos desafios da política externa; é um fator essencial e que devemos vencer.

O que também é claro, é que nosso desafio cresceu

em complexidade na mesma medida que as armas de destruição em massa e a tecnologia de mísseis proliferaram. A ameaça de hoje está moldada pelos países participantes e pelos não participantes, incluindo os extremistas que não hesitarão em usar estas armas de destruição em massa se conseguirem obtê-las.

Devemos também nos preocupar com o aumento da instabilidade regional que acontece com o espalhamento de armas de destruição em massa e seus sistemas de distribuição. Isto é verdade no Oriente Médio; é verdade no leste da Ásia; e é ainda mais verdadeiro no sul da Ásia. Além disso, as armas de destruição em massa e os mísseis constituem uma clara e direta ameaça às forças militares dos EUA em todo o mundo, como também para os nossos aliados e amigos.

Nossa primeira prioridade tem sido a segurança contra o uso, o desenvolvimento, a distribuição e a exportação de armas de destruição em massa e de mísseis. Considerando estes pontos, gostaria de comentar minhas opiniões sobre os principais desafios da não-proliferação global e as medidas que estamos tomando.

REDUZIR E DESATIVAR A PRODUÇÃO DE MATERIAIS PARA ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA

Lidar com quantidades excessivas de sistemas e

materiais relacionados com armas de destruição em massa, tecnologia e conhecimentos da antiga União Soviética continua a ser o nosso mais urgente desafio e a mais alta prioridade de não-proliferação. Os EUA buscam uma grande gama de programas de cooperação na Rússia e nas novas repúblicas eurásianas.

Nosso objetivo é não apenas ajudá-las a cumprir suas obrigações de controles de armas, mas também controlar e eliminar o excesso de materiais de armas de destruição em massa – particularmente o excesso de materiais de armas nucleares – e garantir que as armas biológicas, nucleares e químicas e os conhecimentos de mísseis não sejam adquiridos pelos países que nos preocupam, e pelas organizações terroristas.

Neste sentido os EUA estão trabalhando para: acelerar a proteção dos materiais, controle e criação de programas em até 40 locais da antiga União Soviética para reduzir as vulnerabilidades de materiais físséis; garantir que os materiais existam em poucos locais seguros; e eliminar os materiais físséis considerados excedentes para necessidades de defesa. Temos ainda que reforçar os esforços para fechar permanentemente, na Rússia, os últimos três reatores que produzem plutônio. Estamos trabalhando com a Rússia e com os aliados para desenvolver programas mais baratos para eliminar o excesso de plutônio para armas, e estamos trabalhando com o Cazaquistão para garantir a segurança de 300 toneladas métricas de combustível gasto – contendo três toneladas de plutônio para armas – de seus reatores BN-350.

Outra prioridade é garantir a segurança dos patógenos biológicos perigosos na antiga União Soviética e aumentar a ajuda para a destruição do estoque de armas químicas na Rússia. Os EUA estão preocupados com a taxa que a Rússia está tentando atingir para cumprir suas obrigações com a Convenção de Armas Biológicas (BWC) e a Convenção de Armas Químicas (CWC). Estamos tentando encontrar um ponto comum com a Rússia neste aspecto. Também estamos comprometidos com o redirecionamento do programa dos cientistas dos Centros de Cientistas de Moscou e Kiev, que foi

criado para evitar que os especialistas da antiga União Soviética forneçam conhecimentos de armas de destruição em massa e de mísseis para os proliferadores e terroristas.

IMPEDIR QUE O IRÃ COMPRE ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA E MÍSSEIS

A ameaça de proliferação representada pelo Irã é séria e multifacetada. O Irã tem um ambicioso programa nuclear, antigos programas químicos e biológicos, e um programa de mísseis balísticos crescendo rapidamente. Ao mesmo tempo, é um dos principais exportadores de apoio a grupos terroristas. O Irã está buscando ativamente desenvolver e melhorar todos os aspectos de suas armas de destruição em massa e programas de mísseis. Seu esforço clandestino para a produção de materiais físséis é uma preocupação especial. Não devemos ter ilusão alguma: o Irã pretende comprar armas nucleares e está buscando ajuda estrangeira para alcançar este objetivo.

Continuamos a ter um bom diálogo com a Rússia sobre esse assunto. Em nosso diálogo, somos forçados a justapor estas grandes áreas de cooperação, que foram desenvolvidas nos últimos dezoito meses como resultado das reuniões entre os presidentes George Bush e Vladimir Putin, com a contínua ajuda da Rússia ao Irã em termos de mísseis, tecnologia nuclear e avançadas armas convencionais. Estamos trabalhando muito para convencer a Rússia que a cooperação com o Irã em mísseis, tecnologia nuclear e armas convencionais é uma ameaça tanto à estabilidade regional como aos seus próprios interesses de segurança. Ao mesmo tempo, estamos trabalhando para garantir que a China e outros países não substituam a Rússia como fornecedores de tecnologias de armas de destruição em massa e de mísseis. Impedir a exportação de mísseis da Coreia do Norte para o Irã e para qualquer outro país é um ponto central na lista de assuntos que queremos discutir com Pyongyang.

IMPEDIR A PROLIFERAÇÃO NUCLEAR E DE MÍSSEIS NO E DO SUL DA ÁSIA

A ameaça que os programas de armas de destruição

em massa e mísseis representam para a estabilidade regional é mais evidente no sul da Ásia, onde um milhão de soldados se enfrentam na fronteira entre a Índia e o Paquistão. A presença de armas de destruição em massa e de mísseis na região aumentou muito o perigo de um erro de cálculo durante tempos de crise, e a resultante instabilidade regional aumenta o risco de que estas armas podem facilmente cair em mãos de terroristas. Ainda não existe uma perspectiva a curto prazo que a Índia e o Paquistão desistam das armas nucleares e mísseis.

Embora o recente aumento da tensão entre a Índia e o Paquistão nos tenha feito lembrar o perigo iminente da falta de controle de proliferação, ainda não está claro que o Paquistão e a Índia tenham chegado às conclusões corretas dos perigos representados por suas armas de destruição em massa e seus mísseis nesta crise. Esperamos que as medidas para a construção de confiança mantenham os sistemas de armas e de distribuição separados, que suspendam a produção de materiais físséis e restrinjam a implementação de programas nucleares e de mísseis. Controles de exportação mais rígidos também são vitais para garantir que a Índia e o Paquistão não se transformem em fontes, ou pontos de passagem, para materiais e tecnologia.

FORTALECER OS CONTROLES DE EXPORTAÇÃO, ESPECIALMENTE PARA O IRAQUE

Todos os esforços para garantir a segurança das armas de destruição em massa e dos itens relacionados com mísseis existentes serão inúteis, a não ser que sejamos capazes de cortar o fluxo de armas e de tecnologias de armas de destruição em massa e de mísseis criando rígidos controles de exportação. Precisamos urgentemente fortalecer a implementação e a aplicação efetiva de controles de exportação em bases multilaterais e incluir o terrorismo neste quadro. Sem a ampla cooperação dos países exportadores e de trânsito, os itens sensíveis de uso dual e as tecnologias não serão controlados de forma eficiente. O cumprimento das orientações e das listas de controle de regimes de controle multilateral de controles é vital para o sucesso de nossos esforços de não-proliferação. Para ajudar, os EUA estão expandindo sua cooperação

com outros países, particularmente com os da Ásia central, em controles de exportação e ajuda na segurança de fronteiras com outros países, para ajudá-los a fortalecer seus controles. Mas, mesmo com leis bem intencionadas, é essencial que os governos se comprometam de forma verdadeira com ações exemplares de execução e de aplicação das leis para aqueles que violarem os controles.

Fortalecer e aplicar os controles de exportação é muito importante no caso do Iraque. O Iraque se vangloria de sua hostilidade com o mundo; continua a violar suas obrigações com a ONU e com o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (NPT), apóia o terrorismo e continua a buscar programas de armas de destruição em massa, de mísseis e de armas convencionais contrariando as resoluções do Conselho de Segurança da ONU.

Em maio de 2002, o Conselho de Segurança da ONU adotou, por unanimidade, a Resolução 1409 que estabeleceu os novos controles de exportação da ONU ao Iraque que objetiva evitar que o Iraque tenha a possibilidade de reconstruir seus programas de armas. Mas, ao liberar o comércio de bens para uso puramente civil e mantendo os controles de itens para fins militares, esta resolução deixa claro que a comunidade internacional não coloca obstáculo algum nos seus esforços para ajudar o povo iraquiano.

FORTALECER A AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA

Conscientes do perigo representado pelo Iraque e dos novos riscos representados por países como o Irã e a Coreia do Norte, precisamos melhorar e criar proteções efetivas contra os que utilizam poder nuclear e para que a Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA) tenha condições de trazer a público as armas que estão escondidas. O Protocolo de Proteções Adicionais estabelece uma importante norma de não-proliferação que todos os países devem aceitar. A Agência Internacional de Energia Atômica também tem um papel importante para verificar a concordância da Coreia do Norte.

Realizar novas tarefas exige mais recursos. Precisamos garantir que a IAEA tenha o apoio

financeiro, técnico e político que precisa. O Conselho Administrativo endossou as propostas para fortalecer e expandir os programas da IAEA de proteção mundial contra materiais nucleares, fontes radioativas, e fábricas nucleares contra atos de terrorismo. Os EUA apóiam estas iniciativas incondicionalmente e solicitam urgência aos países membros para garantir que a IAEA tenha os recursos necessários para trabalhar.

Fortalecer a IAEA faz parte de nosso objetivo de fortalecer os acordos internacionais e organizações dedicadas à não-proliferação e ao fortalecimento do cumprimento das medidas. Deve ficar claro que os EUA dão muita importância aos esforços multilaterais para controlar as armas de destruição em massa e tecnologias, mas gostaria de enfatizar o seguinte ponto. Os EUA estão muito comprometidos com os existentes tratados internacionais de não-proliferação, incluindo o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, a Convenção de Armas Biológicas e a Convenção de Armas Químicas, como também com os órgãos de não-proliferação como o Comitê Zangger, o Grupo de Fornecedores Nuclear, o Órgão de Controle de Tecnologia de Mísseis, o Acordo Wassenaar e o Grupo da Austrália.

CONCLUSÃO

Os ataques de 11 de setembro nos deram um novo sentido de urgência para um perigo com o qual estávamos preocupados durante algum tempo, e nos deu uma oportunidade. Esses ataques ressaltaram a necessidade de tomar uma ação vigorosa para acabar com a possibilidade que grupos terroristas ou países inimigos pudessem realizar ataques ainda mais devastadores no futuro. A proliferação de armas de destruição em massa e de mísseis é uma ameaça

urgente e profunda para a segurança de todos os países e exige ação urgente.

- Todos os países devem aumentar a segurança contra a proliferação de armas de destruição em massa e de mísseis para um patamar que supere outras considerações.
- Os fornecedores de armas de destruição em massa e tecnologia relacionada com mísseis devem encerrar esta cooperação imediatamente. A segurança contra ataques com armas de destruição em massa e mísseis balísticos é prioridade absoluta sobre a qual não deve haver dúvidas.
- Todos os países devem fortalecer os órgãos de não-proliferação, tal como o Grupo de Fornecedores Nuclear.
- As nações devem imediatamente garantir a segurança de suas armas de destruição em massa e mísseis ao máximo e ajudar outras nações que não dispõem de recursos para o fazer o mesmo.
- Da mesma forma, os países devem imediatamente aumentar a eficiência de seus controles de exportação e ajudar outros países a fazerem o mesmo.

Os EUA agradecem a cooperação e a ajuda da comunidade mundial demonstrada desde 11 de setembro. Esperamos contar com esta cooperação para continuar fortalecendo os esforços de não-proliferação em curso. Temos a consciência do enorme perigo representado pelas armas de destruição em massa e pela proliferação de mísseis. Agora é nossa responsabilidade agirmos de forma decisiva. ©

DEFESAS CONTRA MÍSSEIS E NOVAS ABORDAGENS PARA A INTIMIDAÇÃO

Kerry M. Kartchner

*Escritório de Defesas Estratégicas e Campais, Escritório de Controle de Armas
Departamento de Estado dos Estados Unidos*



A fim de reagir às ameaças contemporâneas e emergentes, os Estados Unidos devem modificar sua forma de pensar sobre a coibição e como a praticam, afirma Kerry M. Kartchner, do Escritório de Defesas Estratégicas e Campais do Escritório de Controle de Armas do Departamento de Estado. “Devemos redesenhar a coibição para que seja proativa e não reativa”, afirma ele.

PANORAMA ESTRATÉGICO

O mundo mudou drasticamente desde o final da Guerra Fria. Posteriormente, o foco da nossa política externa e de defesa concentrou-se na regulagem de forças militares extremamente perigosas entre duas superpotências fortemente armadas. A Otan e o Pacto de Varsóvia ficaram presos em um relacionamento implacavelmente hostil com dezenas de milhares de armas nucleares em alto estado de alerta apontadas entre si. Os Estados Unidos e seus aliados dependiam de forças nucleares para intimidar não apenas forças nucleares soviéticas, mas também mais de um milhão de tropas convencionais na Europa. Foi deste mundo que emergiu o conceito de destruição mútua assegurada.

O mundo de hoje é fundamentalmente diferente. As condições de segurança contemporâneas, incluindo tanto desafios como oportunidades, exibem pouca semelhança com as do passado. As capacidades estratégicas russas sofreram uma década de declínio e as antes formidáveis forças armadas soviéticas deterioraram-se severamente em todas as categorias. Pela primeira vez em meio século, é difícil conceber uma situação em que nossas relações com a Rússia poderiam deteriorar-se em conflito armado. De fato, antigos membros do Pacto de Varsóvia são agora membros da Otan, a Rússia participa da manutenção da paz nos Bálcãs e é, ela própria, membro do programa Parceria para a Paz da Aliança.

Mesmo assim, nossa segurança (e a de amigos e aliados em regiões de interesse vital) está ameaçada. Enfrentamos conjunto mais diverso e menos previsível de ameaças que no passado. Isso inclui tanto terroristas como Estados que operam além das fronteiras da legislação internacional e buscam ameaçar e empregar força para atingir seus objetivos políticos, territoriais e ideológicos. Embora nossas capacidades militares convencionais tenham conseguido, na última década, intimidar a agressão por esses Estados e os vencido quando ocorreu, esses adversários estão buscando ativamente novos meios para aprimorar seus objetivos. Talvez a ameaça mais significativa venha de Estados nocivos armados com crescentes arsenais de armas químicas, biológicas e, no futuro, nucleares, bem como mísseis balísticos com capacidade cada vez maior como meio de lançamento.

Em discurso na Universidade de Defesa Nacional em 1º de maio de 2001, o presidente Bush afirmou que “a intimidação não pode mais basear-se unicamente na ameaça de retaliação nuclear.” Ele convocou “novos conceitos de intimidação que dependem de forças ofensivas e defensivas.” Estes novos conceitos de intimidação deverão ajudar a elaborar uma estratégia abrangente para o combate à proliferação de armas de destruição em massa e da tecnologia de mísseis balísticos. Essa estratégia exigirá os seguintes componentes:

- Manutenção e aprimoramento de relações de alianças centrais e reassegurar aos amigos que estamos comprometidos com a garantia da ordem internacional estável e que nossos interesses nacionais são inseparáveis dos seus próprios;
- Resolução de desafios, em vez de adiá-los de tal forma que atrase mas faça com que as ameaças que enfrentaremos no futuro se tornem ainda mais perigosas;
- Remodelar nossa política externa para melhor integrar todas as fontes de influência de que dispomos; e
- Dissuadir os adversários de iniciarem ações hostis, mantendo a capacidade de combater agressões.

Para ser eficaz, nossa estratégia deve englobar ampla variedade de políticas e programas, incluindo esforços proativos de não-proliferação e redução de ameaças, medidas de combate à proliferação e capacidades eficazes de reação para combater as conseqüências da utilização de armas de destruição em massa. Um ingrediente essencial para o sucesso desta estratégia é o remodelamento da nossa doutrina e capacidades militares de reagir às ameaças contemporâneas e emergentes. Isso exigirá a transformação da nossa postura de intimidação. Os conceitos estratégicos e forças militares do passado são inadequados para combater os elementos mais prementes das ameaças atuais. Como resultado, é fundamental administrar a transição para um ambiente de segurança mais estável, mudando nossos conceitos sobre a intimidação e como a praticamos. Devemos redesenhar a intimidação para que seja proativa e não reativa. A intimidação a novas ameaças requer novos e diferentes conceitos e capacidades. A recém-completada Análise de Postura Nuclear do Departamento de Defesa é um passo importante nessa direção. Ela estabelece as bases para uma abordagem diversificada à intimidação que incorpore tanto capacidades de combate ofensivo convencionais como defesas contra mísseis, de forma a reduzir nossa dependência de armas nucleares.

MUDANÇA DA NATUREZA DA AMEAÇA

Uma série de fatores torna a coibição dessas novas

ameaças mais complexa e problemática. Em primeiro lugar, a disciplina que veio da estrutura bipolar da Guerra Fria não se encontra mais em operação. Os Estados regionais têm mais oportunidades de adquirir tecnologias e conhecimentos necessários para armas de destruição em massa e mísseis e menos restrição em seu uso da força contra seus vizinhos.

Em segundo lugar, à medida que consideramos a liderança soviética como sendo fundamentalmente adversa a riscos, os líderes de adversários regionais exibiram disposição para assumir riscos substanciais, mesmo se esses empreendimentos envolverem grande sacrifício das vidas do seu povo e tesouro nacional.

Em terceiro lugar, as condições que acreditamos fossem necessárias para a restrição bem sucedida no passado (tal como compreensões mútuas e comunicações eficazes) podem não ser atingidas facilmente com esses Estados.

E, finalmente, a simetria de interesses que existia no relacionamento de intimidação entre os Estados Unidos e a União Soviética, em que os dois lados colocavam sua própria sobrevivência em risco, provavelmente não existe neste novo ambiente. Nossos potenciais adversários podem acreditar que, embora sua sobrevivência esteja em risco em um conflito regional, a nossa não está. Conseqüentemente, eles podem calcular que podemos e iremos nos abalar quando enfrentarmos ameaças horríveis, como o uso de armas de destruição de massas, mas que eles não podem. Isso reduz a eficácia da utilização de ameaças ofensivas isoladas para intimidar seus tomadores de decisões.

Esses Estados consideram mísseis de longo alcance ferramentas especialmente valiosas de coerção para evitar que os Estados Unidos e seus aliados venham assistir suas vítimas pretendidas. As disparidades a nosso favor, tanto em forças convencionais como nucleares, são muito menos relevantes neste tipo de cálculo desesperado mas racional.

Os adversários podem acreditar que necessitam manter apenas um punhado de nossas cidades ou de nossos aliados em risco para evitar nossa intervenção. Caso não possam vencer de forma convencional quando os Estados Unidos intervêm, e estão

determinados a buscar objetivos que exijam o uso da força, eles necessitam encontrar um meio de manter os Estados Unidos e outros membros da coalizão fora da luta, não superando suas desvantagens militares convencionais. Por essa razão, os mísseis e armas de destruição em massa tornaram-se as armas escolhidas, não armas de último recurso, como antigamente as considerávamos. Como resultado, a probabilidade do uso real dessas armas, incluindo no início de um conflito para moldar os campos de batalha políticos e militares, é muito maior agora que no passado.

ELEMENTOS DE INTIMIDAÇÃO

A intimidação eficaz continuará a depender da percepção pelos potenciais adversários de que os Estados Unidos e seus aliados possuem as capacidades e resolução para reagir a agressões. Entretanto, a natureza modificada das ameaças que enfrentamos exige realinhamento fundamental entre os elementos tradicionais de intimidação: restabelecimento da segurança (de amigos e aliados), retaliação, negação e dissuasão. Ao longo dos últimos cinquenta anos, todos estes elementos apoiaram nossa estratégia de intimidação. Embora a contribuição relativa de cada elemento flutuasse ao longo do tempo como resultado da evolução de considerações políticas, militares e tecnológicas, a intimidação à ameaça soviética dependia principalmente da pronta capacidade de retaliação maciça com forças nucleares. Acreditávamos que compreendíamos o que os líderes soviéticos valorizavam e mantínhamos esses ativos em risco. Aliados e amigos, por sua vez, compreendiam que nossa defesa era inseparável da deles e, conseqüentemente, acreditavam que a intimidação era adequada.

A dependência exclusiva da retaliação ofensiva, embora talvez apropriada quando nossa tarefa principal era de restringir a expansão soviética, não é mais apropriada. A intimidação dos líderes de Estados nocivos é muito mais dinâmica: Enquanto buscamos restringir seu uso da força contra vizinhos e seu uso de armas de destruição em massa, eles tentarão utilizar essas mesmas armas para intimidar-nos para que não venhamos socorrer nossos amigos e aliados. Para combater essas ameaças, não podemos mais depender de uma postura baseada

principalmente na perspectiva de retaliação maciça. Ao contrário, devemos buscar reestruturar os elementos de intimidação, proporcionando maior equilíbrio à negação e dissuasão. Essa reestruturação apresenta tanto desafios como oportunidades.

O primeiro desafio é o de aproveitar as oportunidades tecnológicas para o desenvolvimento e desdobramento de defesas eficazes contra mísseis que desvalorizarão as armas de destruição de massa e seus sistemas de lançamento. O surgimento de adversários regionais armados com armas químicas e biológicas já criou nova ênfase sobre medidas de combate ativas e passivas. A aquisição por esses adversários de mísseis de mais longo alcance, capazes de lançar armas nucleares, coloca importância ainda maior sobre as defesas contra mísseis, tanto para fortalecer a restrição como para permitir que os Estados Unidos e seus aliados operem e prevaleçam em conflitos campais, caso falhe a intimidação. Colocadas de forma simples, as defesas eficazes contra mísseis podem reduzir a ameaça de ataque com mísseis contra nós ou nossos aliados, elevando os custos necessários para tornar esse ataque bem sucedido e ameaçando frustrá-lo caso ocorra. A intimidação seria fortalecida, pois um ataque seria visto como fútil e provocador de uma reação devastadora.

Um segundo desafio é a reestruturação das capacidades nucleares norte-americanas (em números e características) para que possa reagir às ameaças atuais. A redução dos números alinhará os níveis das forças nucleares norte-americanas com as necessidades dos dias atuais, preservando a capacidade de reação a eventos futuros inesperados. Isso será acompanhado por mudança da forma como pensamos sobre armas nucleares em particular e restrição de forma geral, também fornecendo novas bases para o relacionamento político com a Rússia (com base em interesses comuns e esforços cooperativos para abordar ameaças comuns).

Um terceiro desafio será o de examinar tecnologias não nucleares avançadas que possam permitir a utilização de armas convencionais contra alvos que hoje podem ser destruídos apenas com armas nucleares.

EXIGÊNCIAS PARA A INTIMIDAÇÃO

O conjunto de forças ofensivas e defensivas variará dependendo dos diferentes desafios à nossa frente e será orientado pelas seguintes considerações:

Desafiantes Regionais

Nosso relacionamento com Estados como a Coreia do Norte, Iraque e Irã será definido em grande parte pelas ameaças impostas por eles aos interesses, amigos e aliados norte-americanos. Embora haja diversidade substancial entre esses Estados, eles compartilham uma série de características importantes. Esses Estados definem os Estados Unidos como seu inimigo e acreditam que permanecem como barreira importante para atingir seus objetivos. Uma tendência clara entre esses Estados é sua busca agressiva de armas químicas e biológicas e, em alguns casos, armas nucleares. Cada um desses Estados também está buscando mísseis balísticos de maior alcance e cada um deles financia o terrorismo internacional.

Além de fortalecerem a restrição, as defesas contribuem para a dissuasão. Um compromisso claro com o desdobramento de defesas contra mísseis balísticos de todos os alcances torna evidente que sua pretendida intimidação e uso militar provavelmente falhará. Isso, por sua vez, poderá incentivar desafiantes regionais a suspenderem seus programas de mísseis balísticos. Além disso, e talvez de forma mais importante, as defesas contra mísseis poderão fornecer segurança indispensável contra falhas de intimidação; perspectiva de probabilidade muito maior que no passado. As defesas contra mísseis também poderão fornecer o meio para vencer um ataque com mísseis ao ser lançado e limitar o dano que um inimigo buscaria infligir.

A perspectiva de reação devastadora presta contribuição fundamental para a restrição das ameaças atuais das armas de destruição em massa. As forças que são visíveis e desdobráveis talvez ofereçam a melhor perspectiva de influência do cálculo dos adversários e renovação da confiança dos aliados no campo de conflito. O número de armas necessário para essa tarefa é pequeno, mesmo se os desafiantes desejarem agir em conjunto.

Rússia

Nosso relacionamento político com a Rússia envolve amplo espectro de atividades: políticas, econômicas e militares. Ele foi registrado formalmente na Declaração Conjunta assinada pelos presidentes Bush e Putin na Cúpula de maio de 2002 em Moscou. Os Estados Unidos buscarão maior integração da Rússia à comunidade internacional e sua total adoção das normas e regimes internacionais. O objetivo dos Estados Unidos (em vez de aceitar o legado de um relacionamento de adversários baseado em contagens de armas, negociações de controle de armas de uma década de duração e hostilidade mútua) será de estabelecer relacionamento mais positivo com base em objetivos comuns e interesses mútuos. Portanto, as necessidades nucleares dos Estados Unidos diferem hoje grandemente (tanto em termos de números como de postura) das necessárias para intimidar a União Soviética. Essas necessidades grandemente reduzidas encontram-se refletidas no Tratado de Reduções Ofensivas Estratégicas, assinado em Moscou, em 24 de maio de 2002.

China

A China é um poder em ascensão na Ásia. Como a Rússia, a China valoriza grandemente e continuará a possuir significativa capacidade nuclear, muito embora o tamanho das suas forças nucleares estratégicas provavelmente permanecerá muito pequeno.

Os Estados Unidos buscarão evitar relacionamento de adversários com a China e, ao contrário, tentarão estabelecer relações políticas, econômicas e culturais afirmativas. O resultado desses esforços dependerá, entretanto, em grande parte, das opções dos chineses.

A China adotou atitude de “esperar para ver” com relação aos desenvolvimentos de defesa contra mísseis dos Estados Unidos e optou por não reagir negativamente à decisão norte-americana de retirar-se do Tratado Anti-Mísseis Balísticos de 1972. Os Estados Unidos pretendem utilizar esta oportunidade para continuar as consultas com autoridades chinesas. As autoridades norte-americanas esperam convencê-las de que as defesas contra mísseis não são dirigidas para a China e incentivá-las a não sobre-reagir à medida que evoluem os planos de defesa contra mísseis.

DIMENSÕES DE INTIMIDAÇÃO DA ALIANÇA

Ao longo da Guerra Fria, os Estados Unidos estruturaram sua postura de defesa e intimidação para que reflita a importância central de atender a compromissos com os aliados na Europa e na Ásia. Os Estados Unidos estenderam garantia de segurança explícita aos seus aliados, apoiada por grandes capacidades convencionais e nucleares e o desdobramento frontal de centenas de milhares de tropas norte-americanas. As armas nucleares foram base indispensável para atingir a estabilidade no contexto da aliança. A participação de aliados em risco nuclear, compartilhamento de custos e, em alguns casos, até em papéis nucleares, foi um componente fundamental da nossa determinação coletiva para deter ameaças comuns.

Atualmente, embora as ameaças sejam fundamentalmente diferentes, os aliados continuam sendo elemento essencial da nossa postura de

intimidação. Conforme demonstrado na Guerra do Golfo Pérsico, nossa capacidade de condução de operações militares em regiões de interesse dependerá dos aliados, como anfitriões e como parceiros de coalizão. Os adversários regionais estão cientes deste relacionamento vital e consideram as armas de destruição em massa e os mísseis balísticos seu melhor meio de romper coalizões envenenadas contra eles. Ao colocarem amigos e aliados na Europa e na Ásia em risco, os adversários podem acreditar que podem exercer coerção sobre nossos potenciais parceiros para que não apoiem nossas operações militares, seja negando permissão de uso de instalações fundamentais ou optando por absterem-se da participação em combates militares. Por esta razão, nossas defesas contra mísseis devem ser capazes de proteger não apenas as forças e o território norte-americano, mas também o de nossos aliados. E nossas forças ofensivas nucleares devem continuar a fornecer garantias para os aliados de que nossa segurança coletiva é indivisível. ©

REDUÇÕES DE ARMAS OFENSIVAS NUCLEARES — PASSADO E PRESENTE

Richard A. Davis

*Diretor do Escritório de Implementação e Negociações Estratégicas, Escritório de Controle de Armas
Departamento de Estado de Estados Unidos*



O Tratado de Moscou, com base no qual os Estados Unidos reduzirão suas ogivas nucleares estratégicas em cerca de dois terços, “não é apenas um novo tratado, mas um novo tipo de tratado”, afirma Richard A. Davis, diretor do Escritório de Implementação e Negociações Estratégicas do Escritório de Controle de Armas do Departamento de Estado. Ele reflete a confiança e cooperação mútua no novo relacionamento estratégico entre os Estados Unidos e a Rússia, fornecendo “grande nível de flexibilidade para que cada Parte atenda a contingências futuras imprevistas.”

ESFORÇOS INICIAIS

Desde o início da idade atômica, especialistas vêm debatendo a questão de se e como as armas nucleares deverão estar sujeitas a controles internacionais.

Durante a década de 1950, esses debates foram em grande parte teóricos, à medida que os Estados Unidos e a União Soviética buscavam desenvolver e posicionar arsenais que considerassem importantes para atender suas necessidades políticas e militares. Na década de 1960, crescente preocupação do público sobre a corrida armamentista nuclear e os efeitos de testes nucleares gerou acordos internacionais importantes, que incluem o Tratado de Banimento dos Testes Atmosféricos, o Tratado de Banimento de Testes de Limites e o Tratado de Não-Proliferação Nuclear. Entretanto, embora esses acordos apresentassem algum efeito na limitação do escopo da corrida armamentista e testes nucleares, eles não proibiram as duas superpotências de continuarem a acumular seus arsenais nucleares estratégicos.

Os esforços para limitar a corrida armamentista das superpotências através das Conversações sobre Limitação de Armas Estratégicas (SALT) na década de 1970 mantiveram diálogo contínuo entre os Estados Unidos e a ex-União Soviética, mas pouco fizeram para retardar o desenvolvimento e a produção de armas nucleares mais potentes e precisas. A controvérsia política sobre o acordo

SALT II em 1979, adicionada à invasão soviética do Afeganistão posteriormente naquele ano, reduziu as perspectivas imediatas para suspender a corrida armamentista.

REDUÇÕES REAIS

No período de 1985 a 1991, os Estados Unidos e a União Soviética realizaram uma série de iniciativas dramáticas para reduzir a ameaça de guerra nuclear. Um importante objetivo de política externa do governo Reagan foi o de negociar um novo tipo de tratado, que fizesse mais que meramente limitar o crescimento do número de armas estratégicas nos arsenais das duas superpotências, mas que realmente exigisse redução significativa. A Cúpula Reagan-Gorbachev de 1986 em Reykjavik marcou o início do processo que ampliou o conjunto do que podia ser atingido para além de tudo o que havia sido negociado anteriormente e estabeleceu o cenário para os tratados de redução de armas que se seguiram. Este processo durou pelos governos Reagan e George H. W. Bush e os resultados (os tratados INF - Forças Nucleares de Alcance Intermediário - e START - Redução de Armas Estratégicas) foram inovadores de várias formas. Como resultado do Tratado INF de 1987, pela primeira vez, uma classe inteira de armas nucleares (todos os mísseis de curto e médio alcance de posse dos Estados Unidos e da União Soviética) foi eliminada. Com base no Tratado START de 1991, as armas ofensivas estratégicas de cada lado foram

reduzidas em mais de 40%. O INF e o START também inovaram ao fornecer regimes de verificação extensos e intrusivos (incluindo uma série de inspeções locais) para verificar as reduções e declarações com base nos tratados.

O colapso da União Soviética no início da década de 1990 tornou claro que a necessidade de deter uma guerra geral entre o Ocidente e o Oriente na Europa foi grandemente reduzida. Entretanto, apesar do sucesso do START e do INF ao lidarem com armas nucleares estratégicas e de nível campal, milhares das chamadas armas nucleares “táticas” permaneceram nos arsenais da Otan e da Federação Russa; desde bombas de gravidade projetadas para transporte por pequenas aeronaves até minas terrestres nucleares, torpedos e cargas de profundidade. Como etapa inicial importante para atender a essa situação, o presidente Bush e o presidente soviético Gorbachev tomaram ações paralelas em setembro de 1991 para remover do posicionamento a maior parte das armas nucleares não estratégicas. Estas ações, adotadas sem benefício de acordo negociado formal, resultaram no reposicionamento de todas as armas nucleares soviéticas de curto alcance para locais na própria Federação Russa até junho de 1992 e na remoção da armazenagem de todas as armas nucleares de navios de superfície e submarinos de ataque dos Estados Unidos e da Rússia.

Além disso, para reduzir ainda mais as tensões e encorajar a Rússia (logo após a tentativa de golpe em Moscou, em 1991) a reduzir sua posição de alerta nuclear, o presidente Bush anunciou a tomada de medidas unilaterais relativas a sistemas estratégicos. Estas incluíram a remoção de bombardeiros estratégicos da postura de alerta, aceleração da desativação dos mísseis que seriam eliminados com base no START e cancelamento do desenvolvimento de sistemas ICBM (mísseis balísticos internacionais) móveis por caminhões e ferrovias. A Rússia adotou medidas similares. Com essas iniciativas, foram estabelecidas as bases para a pronta ratificação do Tratado START.

IMPLEMENTAÇÃO DE TRATADOS NO MUNDO REAL

O processo de implementação de acordos de controle

de armas que reduzem as armas nucleares tem sido complicado, especialmente com o cenário do colapso da União Soviética e a ascensão dos novos Estados que tomaram seu lugar. Historiadores futuros debaterão se o aumento da abertura relativo à implementação do START e do INF contribuiu com a maior facilitação geral das relações entre os Estados Unidos e a ex-União Soviética.

As comissões de implementação estabelecidas com base no INF e no START desempenharam papel contínuo para assegurar que os tratados sejam implementados de forma eficaz. O Tratado START contém particularmente centenas de páginas de disposições meticulosamente detalhadas para a implementação de tudo, desde qual tipo de equipamento pode ser utilizado pelos inspetores durante as inspeções até como deve ser formatada a telemetria dos mísseis transmitida durante os testes de vôo, para intercâmbio com o outro lado.

As inspeções dos tratados (antes virtualmente o único contato que as forças armadas russas/soviéticas e norte-americanas tinham entre si) são agora parte de uma série de outras atividades, desde visitas de intercâmbio militar recíproco e exercícios de treinamento conjunto até um centro russo-americano conjunto sendo estabelecido perto de Moscou para compartilhar dados de aviso prévio sobre lançamentos de mísseis. Ironicamente, os milhões de dólares de auxílio fornecidos pelos Estados Unidos a Estados da ex-União Soviética a fim de ajudar a dismantelar seus antigos arsenais estratégicos muitas vezes significam que, em algumas instalações russas, contratados norte-americanos estão ocupados desmontando os mesmos itens que os inspetores norte-americanos estão ali para contar.

Considerar as inspeções contínuas de tratados e outras atividades de monitoramento como relíquia do passado seria, entretanto, um erro. Cada aspecto da nova abertura entre os nossos países presta sua própria contribuição exclusiva e os inspetores são autorizados a visitar lugares e verificar dados que ainda seriam, de outra forma, fechados para os nossos olhos. Elas são apenas uma parte do novo relacionamento, mas ainda uma parte importante.

NEGÓCIOS NÃO TERMINADOS

Os mecanismos de verificação do Tratado START ainda são ferramenta útil e produtiva para os dois lados. Entretanto, o inventário de armas nucleares remanescente da Guerra Fria permanece grande; maior que o necessário para assegurar a segurança nacional dos Estados Unidos. O START reduziu as armas nucleares estratégicas em cerca de 40% dos níveis mais altos atingidos durante a Guerra Fria, mas as forças restantes são de pouco menos de 6.000 ogivas posicionadas em cada lado. Nem os Estados Unidos nem a Rússia necessitam de inventário tão grande de armas. Entretanto, a combinação de restrições congressuais, necessidade de garantir a previsibilidade em futuro incerto e a dificuldade de acompanhar o dinâmico mundo político deixou cada lado com inventários de armas nucleares maiores que a necessária ou desejada.

Quando o presidente George W. Bush tomou posse, seu governo enfrentou um paradoxo no campo das armas estratégicas. Embora as quantidades de armas nucleares fossem claramente mais altas do que necessitavam os Estados Unidos e a Rússia para suas legítimas preocupações com segurança, durante a década de 1990 nenhum dos lados havia sentido que poderia reduzir as armas desnecessárias na ausência de um acordo formal. As inspeções do START estavam funcionando de forma relativamente suave, fornecendo análise valiosa das forças da outra parte, mas traziam com elas uma pequena montanha de normas resultantes de procedimentos detalhados redigidos para o relacionamento da Guerra Fria.

Era evidente que algo precisava ser feito. A negociação de todo um novo tratado com escopo e detalhes iguais ao START não era a resposta. Não apenas o antagonismo e as suspeitas mútuas da Guerra Fria haviam desaparecido, mas também o próprio regime do START ainda estava em vigor e não necessitava ser duplicado. Além disso, qualquer adição ou expansão para esse regime teria sido de negociação longa e complicada. Os temores da Guerra Fria podem haver se desvanecido, mas a redação das regras para inspeção das instalações onde cada lado fabricava, armazenava ou desmontava armas nucleares teria necessitado de duras negociações adicionais e regras cada vez mais

formais e complexas. Visitar um campo de aviação para contar bombardeiros é uma coisa; entrar em uma fábrica de armas nucleares é outra.

Em importante discurso sobre política externa na Universidade da Defesa Nacional em 1º de maio de 2001, o presidente Bush afirmou que os Estados Unidos “necessitam mover-se para além das restrições do Tratado Anti-Mísseis Balísticos de trinta anos” e substituí-lo por uma “nova estrutura”. Embora o presidente não descrevesse o que seria a nova estrutura estratégica, ele reafirmou sua intenção de desdobrar defesas contra mísseis balísticos, bem como reduzir ainda mais o arsenal nuclear norte-americano. “Meu objetivo é de agir rapidamente para reduzir as forças nucleares”, declarou Bush.

Ao manter sua promessa de reduzir o nível geral de ogivas nucleares estratégicas posicionadas para um nível consistente com a necessidade norte-americana para salvaguardar seus interesses, o presidente Bush decidiu procurar uma nova solução. Ele anunciou em uma reunião de cúpula com o presidente Putin em Crawford, Texas, em novembro de 2001, que os Estados Unidos pretendiam reduzir suas ogivas nucleares estratégicas posicionadas operacionalmente até um nível de 1.700 a 2.200 ao longo da última década. Pouco tempo depois, o presidente Putin anunciou objetivo similar para a Rússia e os dois presidentes concordaram posteriormente em trabalhar para registrar seus planos em um documento legalmente válido.

Menos de seis meses depois, os presidentes Bush e Putin assinaram o Tratado de Moscou sobre Reduções Ofensivas Estratégicas. Com base nesse tratado, os Estados Unidos e a Rússia reduzirão suas ogivas nucleares estratégicas até ao nível de 1.700 a 2.200 até 31 de dezembro de 2012, redução de cerca de dois terços em relação aos níveis atuais. Esse novo tratado legalmente válido codifica as profundas reduções anunciadas pelos presidentes Bush e Putin.

O NOVO CAMINHO

O Tratado de Moscou não é apenas um novo tratado, mas um novo tipo de tratado. Refletindo a confiança e cooperação mútua no novo relacionamento estratégico entre os Estados Unidos e a Rússia, o

Tratado de Moscou fornece grande nível de flexibilidade para que cada Parte atenda a contingências futuras imprevistas.

Ele é simples; apenas cinco artigos e 485 palavras, com apenas duas páginas, sem anexos ou protocolos, ao contrário das 47 páginas e 19 artigos do START, com suas centenas de páginas de anexos e protocolos. Ele oferece a cada lado a flexibilidade de conduzir reduções, removendo, por exemplo, ogivas de bases de bombardeiros e mísseis ou retirando mísseis, lançadores e bombardeiros de serviço operacional. Por outro lado, o START exigia “regras de contagem” precisas que forcem (às vezes de forma não realista) sobre e subcontagem de armas reais em nome da estrita paridade e da contagem sem ambigüidade.

A flexibilidade fornecida pelo novo tratado permite que cada lado determine como fazer suas próprias reduções. O secretário de Defesa Donald Rumsfeld anunciou que os Estados Unidos planejam desativar todos os 50 dos seus ICBMs Peacekeeper de dez ogivas e converter quatro submarinos Trident do serviço estratégico para o convencional. Medidas

adicionais para reduzir a quantidade de ogivas nucleares estratégicas operacionalmente posicionadas dos Estados Unidos para o nível de 1.700 a 2.200 serão decididas posteriormente. Algumas das ogivas que são removidas do posicionamento serão utilizadas como reposição, outras serão armazenadas e outras serão destruídas. Também a Rússia pode optar por seus próprios meios de redução das suas ogivas.

Este novo tratado é somente uma parte de uma nova estrutura estratégica que redefinirá as relações entre a Rússia e os Estados Unidos nos próximos anos. Como seus predecessores, ele define e beneficia-se da atitude predominante do seu tempo. Como seus predecessores, ele aumentará a estabilidade, reduzirá a ameaça da guerra nuclear e reage à obrigação das Partes com base no Tratado de Não-Proliferação Nuclear para, por fim, concordarem com o desarmamento nuclear. Ao contrário dos seus predecessores, é um acordo entre amigos para incentivar a previsibilidade e abertura no início de uma nova era de relações mais calorosas. ©

DEFESA CONTRA MÍSSEIS BALÍSTICOS

David Martin

*Vice-responsável de Relações Estratégicas
Agência de Defesa contra Mísseis dos Estados Unidos*



Os Estados Unidos planejam trabalhar de perto com seus aliados, bem como indústrias e forças armadas aliadas, para o desenvolvimento de um sistema global integrado “para detectar, rastrear, interceptar e destruir mísseis balísticos ameaçadores de todos os alcances em todas as fases de vôo”, afirma David Martin, vice-responsável de Relações Estratégicas da Agência de Defesa contra Mísseis dos Estados Unidos. O objetivo fundamental do sistema planejado, afirma ele, “é defender as forças e territórios dos Estados Unidos, seus aliados e amigos assim que praticável”.

Embora o final da Guerra Fria tenha assinalado redução da probabilidade de conflito global, a ameaça de mísseis externos cresceu firmemente à medida que tecnologia sofisticada de mísseis torna-se disponível em escala mais ampla. Pelo menos 25 países agora possuem (ou estão adquirindo) armas nucleares, biológicas e químicas. Desde 1980, mísseis balísticos foram utilizados em seis conflitos regionais. A proliferação de armas de destruição em massa e dos mísseis balísticos e de cruzeiro que poderão dispará-las impõe ameaça direta e imediata à segurança das forças militares dos Estados Unidos e seus ativos em campos de operação no exterior, nossos aliados e amigos, bem como nosso próprio país. Em resposta a esse ambiente geopolítico em mutação, o Departamento de Defesa reestruturou sua abordagem sobre o estabelecimento de defesa contra mísseis balísticos.

DEFESA PROFUNDA E ROBUSTA

De forma geral, os mísseis balísticos têm um elemento fundamental em comum: eles seguem uma trajetória balística que inclui três fases. Estas são a fase de impulso, a fase de curso intermediário e a fase terminal. Tradicionalmente, as defesas contra mísseis (como o antigo sistema norte-americano Safeguard, o sistema russo Moscou ABM (Anti-Mísseis Balísticos) e o atual sistema Patriot) operaram na fase terminal. A fase terminal do vôo de um míssil balístico tem normalmente menos de um

minuto de duração, dependendo do alcance da ameaça. Portanto, os sistemas defensivos devem estar muito próximos do alvo do míssil, para que defendam contra o ataque, e somente uma área pequena pode ser defendida. As medidas de combate são desafio menor nesta fase. Os sistemas defensivos projetados para a fase terminal são mais eficazes na proteção de pequenas áreas desejadas, tais como instalações fixas, postes e campos de aviação, ou áreas de permanência e concentração de tropas.

A fase de curso intermediário (em que as interceptações têm lugar no espaço, fora da atmosfera da Terra) permite a maior oportunidade de interceptação de um míssil em trânsito. Neste ponto, o míssil deixou de ser impulsionado e, portanto, segue trajeto mais previsível. Como o interceptor tem mais tempo para operar, menos locais interceptores são necessários para defender áreas maiores. Infelizmente, um período mais longo no espaço proporciona ao atacante a oportunidade de desenvolver medidas de combate contra um sistema defensivo. Entretanto, o sistema defensivo também possui mais tempo para observar e discriminar medidas de combate da ogiva.

A fase de impulso é a parte do vôo do míssil em que ele está sendo impulsionado através da atmosfera, em busca da velocidade necessária para atingir seu alvo. Esta fase normalmente dura de um a cinco minutos, dependendo do alcance do míssil. A interceptação de

um míssil em sua fase de impulso é a solução ideal para uma defesa contra mísseis balísticos. Caso o míssil esteja conduzindo uma arma química, biológica ou nuclear, qualquer fragmento remanescente cairá longe do alvo, às vezes até no país que lançou o míssil.

Mas a defesa em fase de impulso introduz desafios significativos. Primeiramente, a fase de impulso é relativamente curta. Isso significa que sensores necessitarão detectar o lançamento e retransmitir informações precisas sobre o míssil muito rapidamente. Em segundo lugar, um míssil interceptador necessitaria estar muito próximo e/ou ser extremamente rápido para interceptar o míssil em aceleração. Um sistema eficaz de defesa a laser de alta energia em fase de impulso poderá reduzir ou eliminar diversas das complicações associadas ao emprego de mísseis interceptadores da fase de impulso.

A ABORDAGEM NORTE-AMERICANA SOBRE A DEFESA CONTRA MÍSSEIS BALÍSTICOS

O objetivo fundamental do sistema planejado de Defesa contra Mísseis Balísticos é defender as forças e territórios dos Estados Unidos, seus aliados e amigos assim que praticável. A arquitetura planejada será composta de um único sistema de defesa contra mísseis balísticos totalmente integrado, que seja capaz de abordar todas as classes e ameaças de mísseis balísticos, de mísseis táticos de curto alcance até mísseis com alcance intercontinental. O programa aumentará a robustez do sistema, desdobrando paulatinamente defesas em camadas que utilizam interceptores complementares, sensores e sistemas de comando, controle e gerenciamento de batalhas (BMC2), para fornecer diversas oportunidades de abordagem contra alvos ameaçadores nas fases de impulso, intermediária e terminal de voo. Esta abordagem é estruturada para ajustar-se mais facilmente tanto às incertezas da evolução da ameaça como às mutantes incertezas de engenharia, programação e custo inerentes à construção de sistemas de defesa contra mísseis. O Departamento de Defesa buscará tecnologias promissoras e abordagens de Defesa contra Mísseis Balísticos para acelerar a data de lançamento de um

sistema eficaz, confiável e de baixo custo. Estas tecnologias e abordagens promissoras incluem sistemas de energia dirigida e cinética (atingir para matar) com opções por terra, mar e ar. Mas também desejamos disponibilizar os sistemas aos nossos comandantes militares que sejam maduros e adequadamente testados em situações operacionalmente realistas.

O Segmento de Defesa Terminal (TDS) fornece capacidades defensivas que abordam e destroem mísseis balísticos ameaçadores na fase terminal da sua trajetória. Os elementos principais no TDS são o sistema de Defesa de Área em Alta Atitude Campal (THAAD), PAC-3 (Capacidade Avançada Patriot-3), o Sistema de Defesa Aérea Estendida Média (MEADS) e capacidade de defesa terminal marítima. PAC-3, a linha de produtos de desenvolvimento mais madura da Agência de Defesa contra Mísseis (MDA) aproveita-se do legado significativo do Patriot de estrutura de força contra ameaças de mísseis balísticos de médio e curto alcance, bem como mísseis de cruzeiro, mísseis anti-radiação e aeronaves avançadas. PAC-3, um interceptor do tipo “atingir para matar”, alcançou taxa de sucesso de mais de 90% na sua fase de teste de desenvolvimento. Os testes operacionais ainda estão sendo analisados e espera-se uma decisão de proteção no futuro próximo. Antecipamos que os aliados que possuem Patriot nas suas forças também terão a nova rodada.

O Programa Terminal Marítimo, que se destina a desenvolver-se sobre um forte Sistema de Armas AEGIS (defesa avançada de área anti-guerra aérea em navios) e infra-estrutura de Mísseis Padrão, permanece necessidade fundamental, apesar do cancelamento do Programa de Área da Marinha (Bloco IV A de Mísseis Padrão-2). O programa fornecerá defesa contra mísseis para ativos expedicionários desdobrados adiante em tempo de guerra. São planejadas experiências que se destinam à expansão do conjunto de missão do Míssil Padrão atual, Bloco IV, e do novo Míssil Padrão-3, para determinar a adequação desta combinação de interceptores para fornecer esta capacidade.

Por fim, o MEADS trinacional (Estados Unidos, Alemanha e Itália) oferecerá aprimoramento significativo da mobilidade tática e capacidade de

desdobramento estratégico sobre sistemas de mísseis comparáveis e proteção robusta a 360 graus para forças de manobra e outros ativos desdobrados fundamentais contra mísseis balísticos de curto e médio alcance, mísseis de cruzeiro e outras ameaças aéreas ao longo de todas as fases de operações táticas. O MEADS inicialmente substituirá os antigos sistemas de defesa aérea (como o Falcão Aprimorado) mas, em prazo mais longo, começará a substituir o Patriot, à medida que este último atinge o final da sua vida operacional. A missão do Sistema THAAD é defender contra mísseis balísticos de curto a médio alcance em longas distâncias e grandes altitudes. A capacidade do THAAD protegerá as forças armadas norte-americanas e de aliados, ativos amplamente dispersos e centros populacionais contra ataques de mísseis. O Sistema de Armas em Flechas (AWS) (programa de desenvolvimento israelense apoiado pelos Estados Unidos) fornece atualmente a Israel a capacidade de defender-se contra mísseis balísticos de curto e médio alcance.

O Segmento de Defesa em curso intermediário (MDS) desenvolve capacidades cada vez mais robustas de combate a mísseis balísticos, particularmente ameaças de alcance maior, na etapa intermediária de vôo. O MDS poderá proporcionar alguma capacidade de defesa precoce, se necessário, com base em sucessos de desenvolvimento do passado. Os principais elementos do MDS são a Defesa em Curso Intermediário com Base Terrestre (GMD) e a Defesa em Curso Intermediário com Base Marítima (SMD), que são os sucessores dos programas Defesa Nacional contra Mísseis e Campo Amplo da Marinha. O SMD, quando acompanhado pelo GMD, poderá proporcionar camada de curso intermediário completa e flexível. Elementos com base marítima também oferecem a oportunidade de abordar mísseis em início de ascensão, de forma a reduzir a suscetibilidade geral do Sistema BMD às medidas de combate. O GMD atingiu agora quatro (de seis) interceptações bem sucedidas do tipo atingir para matar contra alvos de alcance estratégico na Estação de Mísseis Ronald Reagan, localizada no Pacífico. Também demonstramos duas interceptações bem sucedidas do tipo atingir para matar a partir de cruzadores AEGIS.

O Segmento de Defesa no Impulso (BDS) fornece capacidades defensivas que abordam e destroem mísseis balísticos ameaçadores na fase de impulso da sua trajetória. A fase de impulso da trajetória de mísseis balísticos é definida como a parte do vôo de um míssil que dura do momento do lançamento até completar-se a queima de sistemas de propulsão, quando o míssil inicia o período de vôo balístico da fase de curso intermediário. Tipicamente, toda a fase de impulso ocorre em altitudes de menos de 200 quilômetros e dentro dos primeiros 60 a 300 segundos de vôo. Para abordar mísseis balísticos nesta fase, são necessários rápidos tempos de reação, tomada de decisões de alta confiança e capacidades de aceleração muito alta/velocidade de queima alta. As potenciais alternativas no Segmento de Defesa na Fase de Impulso (BDS) são sistemas de energia dirigida, notadamente o Laser Aéreo (ABL) e um interceptor com base marítima. O ABL é a mais avançada destas opções; está sendo atualmente reconfigurada uma aeronave de demonstração e os diversos subsistemas óticos e a laser já se encontram desenvolvidos. Um primeiro teste de vôo de demonstração letal do ABL com um alvo impulsor está atualmente planejado para o final de 2004.

CONCLUSÃO

O Sistema BMD global integrado incorporará capacidades crescentes de detecção, rastreamento, interceptação e destruição de mísseis balísticos ameaçadores de todos os alcances em todas as fases de vôo, utilizando capacidades de morte por energia dirigida e cinética com diversas abordagens de posicionamento. A MDA planeja desenvolver e aplicar essas capacidades, trabalhando de perto com aliados, suas indústrias e suas forças armadas. Conseqüentemente, a MDA implementou uma estratégia flexível de aquisição internacional para proporcionar um sistema capaz e oportuno que acompanhe a ameaça em evolução. Desta forma, a abordagem protege contra a incerteza e assegura que os Estados Unidos tenham alguma capacidade de defender a si próprios, suas forças desdobradas, aliados e amigos de um ataque com mísseis balísticos, em caso de necessidade. ©

A TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES RUSSO-AMERICANAS

Matthew A. Cordova

Escritório de Assuntos Regionais e Político-Militares

Escritório de Assuntos Europeus e Eurasiáticos

Departamento de Estado dos Estados Unidos



O caminho para um relacionamento consideravelmente novo entre os Estados Unidos e a Rússia não foi traçado por acaso; ele evoluiu por projeto, iniciando-se no começo de 2001, afirma Matthew A. Cordova, vice-diretor do Escritório de Assuntos Regionais e Político-Militares do Escritório de Assuntos Europeus e Eurasiáticos do Departamento de Estado. O engajamento do presidente Bush e da equipe norte-americana de segurança nacional com seus parceiros russos estabeleceu as bases para a decisão histórica do presidente russo Putin de ficar ao lado do Ocidente após setembro de 2001, disse e, desde então, tendências positivas no novo relacionamento russo-americano foram aceleradas..

Se 1989 foi o marco do final da Guerra Fria, talvez 2001 possa ser considerado o marco do fim do período de transição pós-Guerra Fria. Pouco mais de uma década após a queda do Muro de Berlim, as relações russo-americanas continuaram a ser observadas principalmente através do prisma do equilíbrio nuclear estratégico. Isso reforçou o relacionamento bilateral de adversários do passado, baseado na suspeita, desconfiança e inibição da cooperação em uma série de áreas de interesse mútuo. Bem no princípio, os presidentes George Bush e Vladimir Putin concordaram que o relacionamento russo-americano deveria ter bases amplas e concentrar-se cada vez mais em questões como comércio e investimento. A tragédia de 11 de setembro ressaltou os esforços de combate ao terrorismo como área natural para a cooperação bilateral. O progresso significativo que fizemos foi registrado na Declaração Conjunta assinada durante a Cúpula de maio de 2002 em Moscou. A chegada a este ponto envolveu engajamento bilateral precoce e sustentado em todos os níveis.

Poucos poderiam haver antecipado as mudanças profundas que ocorreriam em 2001, mas as bases para o relacionamento cooperativo mais profundo e tangível com a Rússia deram-se por projeto e não ao acaso. Os dois presidentes e seus conselheiros de política externa e de defesa começaram a engajar-se entre si em 2001 para desenvolver uma agenda e

itinerário para aprofundar a cooperação e mover-se para além das restrições do nosso relacionamento passado. Bush liderou este esforço, que foi dirigido e moldado por reuniões com Putin em Ljubljana, Xangai, Washington/Crawford, Moscou e na cúpula do G8 em Kananaskis, Canadá. Os líderes continuam a comunicar-se regularmente por telefone e correspondência. O secretário de Estado Colin Powell e o secretário da Defesa Donald Rumsfeld encontram-se, conversam e correspondem-se regularmente com seus correspondentes para fazer avançar a nova estrutura estratégica dos Estados Unidos para as relações com a Rússia.

Em 1º de maio de 2001, Bush descreveu sua visão de estrutura estratégica para a era “pós-Guerra Fria” na Universidade da Defesa Nacional. O presidente enfatizou que, embora os Estados Unidos e a Rússia continuassem a ter áreas de desacordo, não somos e não devemos ser adversários estratégicos. Neste particular, Bush afirmou que ele buscava transformar a natureza do relacionamento bilateral de um relacionamento baseado em equilíbrio nuclear do terror para um baseado em interesses e responsabilidades comuns. Durante sua reunião de junho de 2001 na Eslovênia, Bush e Putin iniciaram conversação sobre o estabelecimento de estrutura estratégica com substância “pós-Guerra Fria”, não apenas retórica e que durasse além de seus mandatos.

Os Estados Unidos e a Rússia estiveram trabalhando muito de perto em amplo conjunto de questões políticas e desafios comuns. Além da cooperação dos nossos países para transformar o Afeganistão em uma nação estável e viável, em paz com si própria e com seus vizinhos, engajamo-nos em outras regiões. Também estamos trabalhando em conjunto para solucionar conflitos regionais em Abkhazia, Nagorno-Karabakh, Transnistria, Oriente Médio e, mais recentemente, no sul da Ásia. A Rússia vem apoiando fortemente o processo de paz no Oriente Médio e os esforços dos Estados Unidos para atingir a resolução negociada do conflito. Os Estados Unidos e a Rússia também estão cooperando efetivamente sobre questões transnacionais diferentes mas relacionadas ao terrorismo, tais como o tráfico de narcóticos e o crime organizado. O tráfico de drogas é uma ameaça às duas nações e fornece apoio financeiro significativo às organizações terroristas internacionais.

No campo econômico, continuamos a encorajar e apoiar a transição completa da Rússia em uma economia de mercado. Isso é prioridade para os dois países. Buscamos expandir nossos laços econômicos bilaterais e integrar ainda mais a Rússia à economia global como membro, com plenos direitos e responsabilidades. Apoiamos totalmente, portanto, o acesso da Rússia à Organização Mundial do Comércio (OMC), que reforçará os esforços mais amplos de reforma econômica de Moscou e ajudará a preparar a Rússia para um papel maior na economia global. Os presidentes concordaram em explorar novas possibilidades para cooperação em energia, em que os interesses russos e norte-americanos convergem em diversas questões importantes.

O sucesso em nossas relações econômicas e comerciais bilaterais também exige que nos movamos adiante. A recente decisão do Departamento de Comércio de designar a Rússia uma economia de mercado com base nas disposições das leis comerciais norte-americanas é um importante passo adiante nesse sentido. Estamos trabalhando com o Congresso para suspender a aplicação da emenda Jackson-Vanik à Rússia, de forma a permitir-lhe a obtenção de Relações Comerciais Normais permanentes com os Estados Unidos.

Os ataques terroristas de 2001 aceleraram o engajamento e a cooperação russo-americana em uma série de áreas já a caminho e criaram oportunidades para novas áreas de diálogo e cooperação potencial. Um dos desenvolvimentos mais notáveis durante os meses desde os ataques foi nossa extraordinária cooperação com a Rússia em uma região que era antigamente parte da União Soviética: a Ásia Central.

Em 19 de outubro de 2001, conduzimos as primeiras consultas russo-americanas da história sobre a Ásia Central. Ficamos ambos agradavelmente surpresos e gratificados pela convergência de interesses nessa região. Desejamos prosperidade e estabilidade a longo prazo na Ásia central, onde temos importantes interesses mútuos. E prometemos transparência e colaboração em nossos esforços e atividades. Os Estados Unidos apoiaram o desenvolvimento político-econômico e o respeito aos direitos humanos na região, à medida que ampliamos nossa cooperação humanitária e cooperação no combate ao terrorismo e aos narcóticos. Não há necessidade de tensão entre o nosso apoio aos Estados da Ásia Central e o nosso desejo de cooperação mais ampla e profunda com a Rússia.

De fato, Bush e Putin estão liderando nossos países para um novo nível de cooperação na Ásia central. Putin demonstrou liderança notável na forma como coordenou ativamente com os líderes da Ásia Central para incentivar sua cooperação com os Estados Unidos na batalha contra o terrorismo. Isso apóia o que afirmamos há muito tempo: a Ásia Central não é um jogo equilibrado. Oferecemos apoio aos esforços da Rússia, Cazaquistão e Azerbaijão para incentivar um novo acordo de fronteiras marítimas do Mar Cáspio, desde que esses esforços não obstruam o transporte futuro de recursos energéticos. Nossos interesses comuns com a Rússia (e, de fato, com as outras potências regionais, China e Irã) são em muitos casos maiores que nossas áreas de concorrência.

O grau de cooperação com a Rússia em nossos esforços na Ásia Central (região em que a Rússia detém significativos interesses históricos, culturais, políticos e econômicos) não tem precedentes. A Rússia compartilhou inteligência, forneceu

assistência de busca e resgate, apoiou esforços de assistência humanitária internacional e não obstruiu a decisão dos Estados da Ásia Central de aceitarem a presença militar norte-americana em seus territórios nacionais. A Rússia forneceu dois oficiais de ligação militares ao CENTCOM (Comando Central dos Estados Unidos) na Flórida. O Grupo de Trabalho Russo-Americano sobre o Afeganistão também vem sendo mecanismo valioso. Sua atuação foi ampliada para incluir outras áreas geográficas e ameaças novas e relacionadas. Com este propósito, os dois presidentes concordaram, em sua recente cúpula em Moscou, em ampliar a atuação do grupo e rebatizá-lo como Grupo de Trabalho de Combate ao Terrorismo. Este tipo de cooperação ajudará a combater uma série de desafios globais do século XXI, incluindo o terrorismo internacional e a proliferação de armas de destruição em massa e seus meios de lançamento.

Nossos aliados têm estado entre os mais fortes apoios à expansão do nosso relacionamento com a Rússia. Na guerra global contra o terror, a Rússia e a Otan estão trabalhando como parceiros para combater a instabilidade regional e a multiplicidade de ameaças em evolução. Durante a Cúpula Otan-Rússia em Roma, inauguramos o Conselho Otan-Rússia, que permitirá que seus Estados membros e a Rússia trabalhem como parceiros iguais em áreas de interesse comum. O Conselho OTAN-Rússia nos oferece a oportunidade de movimentação conjunta sobre desafios comuns, começando a estabelecer laços que podem ser expandidos até futuro longínquo.

Iniciaremos com áreas em que nossa capacidade de auxílio mútuo como parceiros iguais é livre de enganos: áreas como o combate ao terrorismo, prevenção da disseminação de armas de destruição em massa, planejamento de emergência, busca e resgate marítimo. A Otan e a Rússia também procurarão melhorar a coordenação em locais onde já estejam trabalhando juntas, como os Bálcãs. A Otan, a Rússia e nossos outros parceiros podem ficar muito orgulhosos com a maior paz e estabilidade que trouxemos àquela região. A Otan e a Rússia também estão buscando outras áreas onde possamos expandir nossa cooperação, como defesa antimísseis, reações a emergências civis e controle do espaço aéreo; também estas podem fortalecer a segurança dos

Estados Unidos, da Rússia e de toda a Europa. Nossos aliados da Otan e da Rússia já começaram a trabalhar em uma série de itens da agenda do Conselho Otan-Rússia aprovados durante a Cúpula de Roma. Acreditamos que os sucessos iniciais desse Conselho estabelecerão a base para a expansão da cooperação entre a Aliança e a Rússia.

Uma discussão do novo relacionamento em evolução não seria completa sem abordar as mudanças históricas referentes às reduções das forças ofensivas estratégicas, defesas antimísseis, o Tratado Antimísseis Balísticos (ABM) de 1972 e o diálogo estratégico contínuo. O fato de que as forças nucleares estratégicas não mais dominam o relacionamento bilateral é uma prova dos laços em expansão e da agenda completa à nossa frente para ambos os países. Durante a Cúpula de Moscou em maio, os Estados Unidos e a Rússia estabeleceram um Grupo Consultor para Segurança Estratégica, a ser presidido por ministros externos e da defesa. Este grupo será o principal mecanismo em que discutiremos questões estratégicas, de não-proliferação e segurança e consultaremos sobre ampla variedade de questões de segurança internacional.

A maneira como concordamos em encerrar o acordo sobre o Tratado ABM reflete o intenso diálogo que tivemos com a Rússia ao longo de vários meses, ocasião em que dissemos aos russos o que tínhamos em mente. Fomos sinceros sobre a seriedade e prioridade que concedíamos às defesas antimísseis eficazes para aumentar nossa segurança nacional. Por isso, engajamos a Rússia a determinar se havia uma forma em que pudéssemos mover-nos em conjunto além do Tratado ABM, à luz da ameaça para nossos dois países, de mísseis balísticos e armas de destruição em massa.

Ao final, concordamos em encerrar o acordo. Após intensas consultas, incluindo entre o secretário Powell e o ministro das Relações Exteriores Ivanov e entre os dois presidentes, notificamos a Rússia, em 13 de dezembro de 2001, da intenção norte-americana de retirar-se do Tratado ABM em 13 de junho de 2002. O mundo não acabou; não se sucedeu uma corrida armamentista. Não ocorreu nenhuma crise nas relações russo-americanas.

A defesa antimísseis limitada que pretendemos desdobrar não imporá ameaça às forças estratégicas russas. A Declaração Conjunta sobre o Novo Relacionamento Estratégico entre os Estados Unidos e a Rússia, assinada em Moscou no dia 24 de maio, especificou etapas para incentivar a confiança, transparência e cooperação na defesa antimísseis. Essas medidas incluirão o intercâmbio de informações sobre testes e programas de defesa antimísseis, visitas recíprocas a locais para observar testes e a implementação de um centro conjunto para o intercâmbio de dados de aviso precoce. Nossos governos também estudarão algumas áreas possíveis para a cooperação na defesa antimísseis, incluindo exercícios conjuntos e desenvolvimento conjunto.

O recém-concluído Tratado de Moscou é uma conquista histórica, que reduz significativamente as forças estratégicas além dos níveis do primeiro Tratado de Redução de Armas Estratégicas. Muitos críticos insistiram que as reduções estratégicas seriam impossíveis na ausência do Tratado ABM. De fato, ao responder à nota de retirada dos Estados Unidos em 13 de dezembro de 2001, o presidente Putin anunciou a intenção russa de reduzir suas forças estratégicas para não mais de 2.200 ogivas; reagindo ao mesmo nível do anúncio do presidente Bush na Cúpula de Washington-Crawford de reduções norte-americanas das ogivas estratégicas operacionalmente desdobradas até nível entre 1.700 e 2.200 ao longo da próxima década. A atitude russa desde 13 de dezembro foi de olhar para o futuro, sem estender o passado. Os dois governos apresentaram o tratado para ratificação aos seus respectivos órgãos legislativos e estão trabalhando para que isso ocorra neste outono.

Também estamos incentivando a Rússia a buscar amplo apoio internacional para uma estratégia de “não-proliferação proativa”. As preocupações com a proliferação e o terrorismo internacional estão fortemente ligadas. Os Estados Unidos e a Rússia planejam trabalhar juntos para garantir a segurança das tecnologias, informações, conhecimento e material de mísseis e armas de destruição em massa. Os dois países permanecem determinados a apoiar todos os países no aprimoramento e execução de controles de exportação, interdição de transferências ilegais, processo de violadores e aumento da

segurança das fronteiras e defesa para apoiar a integridade territorial e evitar a proliferação.

Não é nenhuma surpresa o fato de que os Estados que financiam o terrorismo também sejam os proliferadores mais ativos. É de importância fundamental que encontremos uma solução criativa para pôr fim ao problema da assistência sensível das entidades russas aos programas de mísseis e armas de destruição em massa do Irã. Também precisamos trabalhar com nossos parceiros russos e outros para combater o problema das armas cinza (transferências de armas ilícitas, estabelecidas por comerciantes de armas com usuários finais falsificados, destinadas a financiadores estatais do terror e terroristas) e a proliferação de armas convencionais avançadas para Estados como o Irã e o Iraque, que ameaçam as forças dos Estados Unidos e de nossos amigos e aliados. Isso assumiu urgência maior desde o início das operações de combate da coalizão, no final de 2001. O presidente Bush deixou claro repetidas vezes que os Estados Unidos estão comprometidos com a cooperação de não-proliferação e redução expressiva e eficaz das ameaças com a Rússia e os estados eurasiáticos. O trabalho prosseguirá com nossos parceiros do G8 para encontrarmos formas criativas de ajudar a Rússia no financiamento de atividades duradouras e eficazes de redução de ameaças críticas.

Olhando para o futuro, a forma como lidamos com a guerra global contra o terrorismo, as relações Otan-Rússia, o Tratado ABM, reduções nucleares estratégicas e a redução das ameaças reflete a forma como estaremos trabalhando em conjunto com a Rússia. Construir sobre o progresso que já fizemos exigirá determinação, energia, boa vontade e criatividade de ambos os lados, à medida que buscamos solucionar algumas das questões difíceis da nossa agenda. Continuaremos a pressionar sobre questões em que discordamos, incluindo direitos humanos e ambiente político na Chechênia, questões de liberdade de imprensa, o problema da proliferação entre Rússia e Irã e nossas preocupações sobre questões de armas químicas e biológicas. De fato, os presidentes estabeleceram um tom em que podemos falar sinceramente sobre problemas difíceis, bem como em áreas em que nossos interesses convergem.

O governo não tem nenhuma ilusão sobre o tanto de

trabalho que precisa ser feito para a implementação total da Declaração Conjunta, levando esse relacionamento adiante; levará anos. A transformação da Rússia em uma democracia e economia de mercado continuará a enfrentar desafios e nossos interesses nem sempre irão convergir. O Congresso continua sendo um parceiro importante e existe uma série de questões em que necessitamos do seu apoio, incluindo o término da aplicação de Jackson-Vanik à Rússia e a dispensa das exigências de certificação da Redução Cooperativa das Ameaças, de forma que esses importantes programas possam prosseguir. Estaremos trabalhando junto ao

Senado com relação à ratificação do Tratado de Moscou.

Em vista dos desafios do século XXI à nossa frente, os Estados Unidos embarcaram rumo a um relacionamento amplamente modificado e aprimorado com a Rússia. A nova estrutura estratégica que estamos desenvolvendo com a Rússia proporciona forte base para prosseguir com a transformação das nossas críticas relações bilaterais, administração das nossas diferenças e criação de oportunidades para os dois países, em conjunto com nossos aliados e amigos. ©

A FRENTE RUSSO-AMERICANA CONTRA O TERRORISMO E A PROLIFERAÇÃO DE ARMAS

Senador Norte-Americano Richard Lugar



O programa de Redução Cooperativa de Ameaças Nunn-Lugar demonstrou que “relacionamentos internacionais extraordinários são possíveis para aumentar o controle sobre as armas de destruição em massa”, afirma o senador Richard Lugar (republicano/Indiana). Ele afirma que programas similares a esse esforço russo-americano são necessários para tratar das ameaças de proliferação em todo o mundo.

Ao longo da última década, os Estados Unidos e a Federação Russa atingiram algo nunca feito antes na história. Antigos inimigos, que estavam preparados para a luta entre si por quase cinquenta anos, deixaram de lado uma série de desentendimentos importantes e estabeleceram novo relacionamento cooperativo destinado ao controle e desmantelamento de armas de destruição em massa.

Esse curso lógico nunca havia sido uma conclusão prevista. Muitos em ambos os países deixaram de compreender a magnitude da ameaça e foram incapazes de agarrar as oportunidades apresentadas pelo fim das hostilidades. Enquanto o mundo exultava com o final da Guerra Fria e os líderes em Washington e Moscou abraçavam-se ao novo cenário geoestratégico, as armas da Guerra Fria continuavam a ameaçar a paz e a estabilidade.

Uma das tremendas ironias do mundo pós-Guerra Fria é que nossos países podem enfrentar uma ameaça maior hoje em dia que na época da Guerra Fria. Embora os cálculos estratégicos anteriores considerassem participantes mais ou menos racionais, as experiências com Saddam Hussein, Osama bin Laden e outros tornaram a consideração de racionalidade menos plausível hoje em dia.

A possibilidade de conflito armado entre os Estados Unidos e a Rússia continua a reduzir-se, mas isso não significa que nossos países tenham pouco a temer. Os ataques de 11 de setembro em Nova York e Washington poderiam ter ocorrido em Moscou ou

São Petersburgo e poderiam ter empregado armas de destruição em massa, em vez de aviões comerciais.

Concordamos, através do programa Nunn-Lugar de Redução Cooperativa de Ameaças e do tratado assinado pelos presidentes George Bush e Vladimir Putin em maio, em liquidar o legado nuclear da Guerra Fria. Precisamos preservar o momento para encerrar o desmantelamento de armas iniciado uma década atrás, bem como concentrar os esforços diplomáticos nos perigos atuais: Osama bin Laden ou outros terroristas de posse de armas nucleares, biológicas ou químicas.

O modelo Nunn-Lugar pode auxiliar a estabelecer as bases para uma coalizão eficaz que combata o terrorismo e proteja armas e materiais de destruição em massa em todo o mundo. A Rússia e os Estados Unidos são os principais participantes no estabelecimento dessa coalizão. Esta cooperação pode ser baseada com sucesso no auto-interesse mútuo.

EXPANDIR A COOPERAÇÃO NA RÚSSIA

Primeiramente, existe uma série de áreas em que devemos expandir nossos esforços de não-proliferação e desmantelamento cooperativo com a Rússia.

Desmantelamento de Submarinos não de Mísseis:

Ao visitar os estaleiros de Severodvinsk e Murmansk

em diversas ocasiões, fiquei alarmado com a enormidade da tarefa à nossa frente na área de desmantelamento de submarinos. A proposta Nunn-Lugar limita-se ao desmantelamento de submarinos de mísseis estratégicos. Atualmente, a legislação norte-americana erroneamente não permite que o Pentágono desmantele submarinos de propósitos gerais.

Existem importantes benefícios de segurança e não-proliferação para o desmantelamento oportuno de submarinos convencionais. Muitos carregam mísseis de cruzeiro que poderiam ser valiosos para programas de mísseis de nações nocivas. Outros são movidos a combustível nuclear enriquecido até níveis muito altos, que poderão impor sérios riscos de proliferação se desprotegidos.

Trocas de Dívida por Não-Proliferação: Quando o presidente Putin visitou os Estados Unidos, ele falou do crescente encargo da dívida enfrentado pela Rússia. A economia russa em expansão e a elevação dos preços do petróleo podem ter reduzido o encargo da dívida a curto prazo, mas o potencial de ressurgimento dos problemas da dívida é real.

O senador Joseph Biden e eu propusemos uma lei que permite “trocas de dívida por não-proliferação” entre a Rússia e os Estados Unidos. Essas trocas reduziram parte da pressão financeira da Rússia e atenderiam preocupações de segurança norte-americanas.

Oportunidades de Instalações de Armas de Destruição em Massa e Emprego de Antigos Cientistas:

Os Estados Unidos implementam uma série de programas para empregar antigos cientistas de armas em esforços científicos pacíficos. Dezenas de milhares de cientistas de armas russos foram empregados por esses programas. Obteve-se sucesso considerável mas, com o compromisso renovado de recursos e liderança, os Estados Unidos podem fazer progresso expressivo ao assegurar que os cientistas recusem a tentação de serem atraídos de volta ao trabalho com armas. Precisamos dar a esses cientistas oportunidade de sucesso. Caso o desespero e a falência tornem-se a norma, muitos acreditarão que têm poucas opções, a não ser deixar a Rússia e renovar suas carreiras de armas.

Empresas norte-americanas, européias e do G8 têm muito a ganhar cooperando com os esforços do governo. Incentivei as companhias norte-americanas a explorarem a possibilidade de investirem em laboratórios russos. Essas instalações seriam um excelente investimento em tecnologia de produção e hardware, bem como acesso às melhores cabeças da Rússia. É necessário dedicar pensamento e planejamento consideráveis para superar a hesitação corporativa ocidental, causada às vezes por um ambiente inóspito de investimentos na Rússia.

Armas Nucleares Táticas: Devemos também começar a considerar a movimentação para além de sistemas estratégicos no cenário de armas táticas. De muitas formas, a ameaça imposta pela proliferação de sistemas nucleares táticos é mais séria que a imposta por armas estratégicas. As ogivas táticas são mais portáteis, normalmente desdobradas mais perto de pontos críticos e muitas não ter o mesmo nível de proteção dos sistemas estratégicos.

Devemos estabelecer transparência nessa área, de forma que os dois lados possam ter confiança em relação à quantidade, situação, armazenagem e segurança das armas da outra nação. Seria uma grande pena se nosso impressionante registro de sucesso no cenário estratégico fosse prejudicado pela vulnerabilidade das armas táticas.

Segurança do Material de Fissão: Após oito anos de estreita cooperação e esforços consideráveis, somente 40% das instalações que abrigam materiais nucleares na Rússia receberam melhorias de segurança através de assistência norte-americana. Infelizmente, apenas a metade dessas instalações recebeu sistemas de segurança completos.

Existe uma série de medidas que podem ser tomadas para acelerar esse esforço importante. Primeiramente, a Rússia deverá continuar a consolidar materiais em menos locais. Essa consolidação economizará tempo e dinheiro. Mas, caso as instalações que abrigam materiais de armas sejam vulneráveis, não podemos esperar até que se chegue a uma situação orçamentária conveniente para completar nosso trabalho. Necessitamos comprometer-nos a instalar a segurança necessária o mais rapidamente possível.

EXTENSÃO ALÉM DA RÚSSIA

Em 11 de setembro, em dramática chamada telefônica para o presidente Bush, o presidente Putin foi o primeiro líder estrangeiro a unir-se a uma coalizão global contra o terrorismo. A ligação telefônica e a cooperação que se seguiu à campanha do Afeganistão continuam a melhor reflexão já feita de uma nova fase de relações. Os dois líderes precisam agora estabelecer uma coalizão concentrada contra terroristas que utilizam armas de destruição em massa. O objetivo dessa coalizão seria de salvaguardar de forma criativa e agressiva as armas nucleares, químicas ou biológicas e seus componentes e tecnologia, de forma a não caírem nas mãos erradas.

O problema que enfrentamos não é apenas o terrorismo. É a conexão entre os terroristas e as armas de destruição em massa. Existe pouca dúvida em minha mente de que Osama bin Laden e seus colaboradores teriam utilizado armas de destruição em massa se as possuíssem. A morte e destruição horrível da tragédia de 11 de setembro foram mínimas em comparação com que poderia ter sido infligido por uma arma de destruição em massa. Uma definição clara e simples da vitória na guerra contra o terror é trazer à responsabilidade todas as nações que abrigam terroristas, bem como aqueles países que possuem materiais e armas de destruição em massa.

Os Estados Unidos e a Rússia, juntamente com outros membros da coalizão, deverão buscar extrair cada célula de maneira abrangente nos próximos anos e manter registro público do sucesso, que o mundo possa observar e mensurar. Nosso objetivo comum deve ser a redução da lista, nação por nação, daquelas que abrigam células terroristas, voluntária ou involuntariamente.

Devemos exigir ainda que todos os Estados que possuam materiais e/ou armas de destruição em massa protejam-nas da proliferação. Caso as verbas de tal país sejam insuficientes, deverão ser suplementados com fundos internacionais.

Nossa campanha não deverá terminar até que todas as

nações das duas listas cumpram com esses padrões. Atualmente, não temos a mínima confiança internacional sobre muitos programas de armas em todo o mundo. Infelizmente, fora da antiga União Soviética, não existem programas cooperativos de redução de ameaças no estilo de Nunn-Lugar destinados a essas ameaças. É preciso que sejam agora criados em escala global. Nunn-Lugar demonstrou que relacionamentos internacionais extraordinários são possíveis para aumentar o controle sobre as armas de destruição em massa. Programas similares a Nunn-Lugar deverão ser estabelecidos em cada país que deseje trabalhar com os Estados Unidos, a Rússia e nossos aliados.

Ofereci legislação para permitir que o secretário da Defesa utilize a experiência de Nunn-Lugar e recursos para abordar ameaças de proliferação em todo o mundo. A reprodução precisa do programa Nunn-Lugar não será possível em outros lugares, mas sua experiência na Rússia demonstrou que a ameaça das armas de destruição em massa pode gerar resultados extraordinários com base no interesse mútuo.

Esse tipo de cooperação poderá ser apenas o começo. Nações que cooperam na proteção de instrumentos de destruição em massa poderão também prometer trabalhar cooperativamente em medidas para recuperar armas ou materiais que estejam sob risco de cair nas mãos erradas e vir a auxiliar qualquer vítima de terrorismo nuclear, químico ou biológico.

Ao propor que a próxima fase da guerra contra o terrorismo concentre-se em armas de destruição em massa e formando uma coalizão para combatê-lo, os presidentes Bush e Putin estariam abordando sustentavelmente o problema mais importante na segurança internacional atualmente. Essa coalizão poderá fornecer aos dois presidentes foco para o relacionamento pós-Guerra Fria quantitativamente novo que propuseram, mas para o qual ainda necessitam dar importante conteúdo. Seria uma substituição perfeita para os regimes de controle bilateral de armas, de estilo antigo, cuja era está chegando ao fim.

Os Estados Unidos e a Rússia podem estabelecer a

aliança mais eficaz e de longo alcance para a paz que o mundo jamais presenciou. Os últimos dez anos demonstraram que nada é impossível. Os próximos dez anos devem mostrar como a Rússia e os Estados Unidos subjugarão o terrorismo e levarão nossos países e todos os que se uniram a nós à segurança e melhor qualidade de vida. ©

A TRANSFORMAÇÃO DO RELACIONAMENTO RUSSO-AMERICANO: COLOCANDO A POLÍTICA DO PODER NO SEU LUGAR

Baker Spring

*Parceiro de Pesquisa de F. M. Kirby em Política de Segurança Nacional
Fundação Heritage*



O recém-transformado relacionamento russo-americano não apenas permitirá que os dois lados reduzam de forma expressiva o número de armas nucleares ofensivas estratégicas desdobradas; ele também oferecerá aos russos “oportunidades com que não poderiam ter sonhado como cidadãos da União Soviética”, afirma Baker Spring, Parceiro de Pesquisa de F. M. Kirby em Política de Segurança Nacional na Fundação Heritage.

Quando o presidente norte-americano George Bush e o presidente russo Vladimir Putin assinaram declaração conjunta ⁽¹⁾ sobre o estabelecimento de uma nova estrutura estratégica para as relações russo-americanas em Moscou no dia 24 de maio de 2002, as duas nações foram colocadas rumo a um relacionamento transformado. Esse relacionamento transformado promete atender aos interesses dos dois países nos próximos anos.

A razão para isso é simples: A declaração conjunta serve para restaurar o papel da política do poder nas relações russo-americanas ao seu merecido lugar. Durante a Guerra Fria, a política do poder veio a dominar, se não definir inteiramente, o relacionamento entre os Estados Unidos e a União Soviética. Esse relacionamento impôs encargos severos aos cidadãos de ambas as nações, mas particularmente aos cidadãos da União Soviética. O relacionamento transformado entre os Estados Unidos e a Rússia está permitindo que os dois lados abandonem esses encargos e busquem novas oportunidades.

Alguns comentaristas argumentaram que o relacionamento transformado é meramente um reflexo da força relativa dos Estados Unidos sobre a Rússia e é algo que os Estados Unidos ditaram ao

governo russo à custa do povo russo. ⁽²⁾ Embora os Estados Unidos sejam claramente a mais forte das duas nações neste momento e a política do poder sempre desempenhará papel significativo no seu relacionamento, esta análise deixa de considerar o fato de que a política do poder não é mais dominante. Em resumo, os críticos estão enganados porque estão julgando o novo relacionamento com base em uma medida desatualizada da Guerra Fria.

O ponto em que esses críticos mais se distanciaram na sua análise é a conclusão de que o relacionamento russo-americano transformado será prejudicial para os cidadãos da Rússia. Nada poderia estar mais longe da verdade. Ao retirar os encargos impostos sobre eles pelo governo soviético que se concentrava estreitamente em aumentar o poder do Estado, o povo russo agora tem oportunidades com as quais não poderia ter sonhado como cidadãos da União Soviética. Como resultado, é correto considerar o ponto em que estava a União Soviética durante a Guerra Fria e refletir sobre as contribuições russas e norte-americanas com um relacionamento transformado e como esse relacionamento beneficiará particularmente o povo russo.

A UNIÃO SOVIÉTICA E A DOMINAÇÃO DA POLÍTICA DO PODER

A União Soviética foi fundada como nação que glorificou o acúmulo de poder, particularmente o poder estatal. A ideologia comunista que legitimou o regime levou o Estado, como resultado, a considerar o poder não como meio para atingir valores superiores como a liberdade e a prosperidade, mas como um fim em si próprio. Ela também levou o Estado a solicitar sacrifícios cada vez maiores do povo soviético, em atendimento ao objetivo de expandir seu próprio poder e prestígio.

Em nível internacional, o mesmo propósito levou o regime soviético a medir seu prestígio pela sua capacidade de intimidar e exercer coerção sobre outros Estados. O povo soviético pagou um preço horrível pela ambição do Estado soviético. A liberdade individual foi negada. A economia tornou-se sobremilitarizada e o padrão de vida caiu. Os templos espirituais foram fechados.

Como um dia descobriu a União Soviética, a busca de poder à custa de outros valores é insustentável e predestinada ao fracasso. Sua capacidade de superpotência por fim provou ser irreal. A razão é que as exigências do regime sobre sua população acabaram por levar à exaustão social. O Estado tomou das pessoas e ofereceu pouco em troca, além da proclamação do seu status de superpotência.

Os Estados Unidos, por outro lado, buscavam poder e solicitaram sacrifícios do seu povo, mas normalmente na defesa da liberdade individual, também oferecendo a perspectiva de maior prosperidade. O governo e o poder serviram às pessoas, ao contrário da prática na União Soviética, em que as pessoas serviram ao governo a fim de alimentar o apetite insaciável do Estado por mais poder.

A diferença entre os dois países, como superpotências rivais, era impressionante. O acúmulo de poder pelos Estados Unidos, onde o poder servia para melhorar a sorte do povo norte-americano, provou ser mais sustentável.

O confronto da União Soviética com os Estados Unidos durante a Guerra Fria somente aumentou a

pressão sobre a sociedade soviética e acelerou a velocidade da exaustão. Por fim, a questão enfrentada pelo povo soviético era se a concorrência com os Estados Unidos pelo poder valia o sacrifício. Ao final de 1991, o povo da União Soviética respondeu negativamente à questão e a Guerra Fria terminava. Desde 1991, o povo da Rússia deparou-se com a questão de embarcar ou não em uma tentativa de atingir poder igual ao da União Soviética contra os Estados Unidos; novamente à sua própria custa.

Em 24 de maio de 2002, os presidentes Bush e Putin assinaram a declaração para uma nova estrutura estratégica, respondendo parcialmente a esta questão. Está implícito naquela declaração que os governos da Rússia e dos Estados Unidos estão colocando seus povos em primeiro lugar e o acúmulo de poder pelo poder em último.

CONTRIBUIÇÕES RUSSAS E NORTE-AMERICANAS PARA A NOVA ESTRUTURA ESTRATÉGICA

Existe uma série de formas específicas em que a Rússia e os Estados Unidos, tanto separadamente como em conjunto, contribuíram para a criação da nova estrutura estratégica. Inicialmente, entretanto, é fundamental reconhecer as duas contribuições supremas desses dois governos.

A contribuição geral do governo russo à estrutura estratégica é o seu reconhecimento de que não necessita calcular seu próprio valor com base no seu poder maior ou menor que o dos Estados Unidos. Ao contrário, ela agora aparentemente deseja julgar seu sucesso principalmente pela sua capacidade de melhorar a qualidade de vida do seu povo. Como afirma a declaração conjunta, “Nós (os Estados Unidos e a Rússia) reconhecemos que as esperanças de segurança, prosperidade e futuro dos nossos povos repousam em um ambiente de segurança benigno, no avanço das liberdades político-econômicas e na cooperação internacional.” Ao contrário da União Soviética, o governo russo parece ter suas prioridades corretas. Talvez paradoxalmente, as novas prioridades realmente aumentam a probabilidade de que a Rússia será capaz de renovar-se e fortalecer-se ao longo do tempo.

A contribuição suprema dos Estados Unidos para a estrutura estratégica é similar àquelas que fez em outros contextos: atitude de magnanimidade com relação a antigos adversários. Os Estados Unidos demonstraram que poderão resistir à tentação de utilizar sua posição de força para subjugar ou explorar outros povos ao buscarem a reconstituição da Alemanha e do Japão como Estados independentes após a Segunda Guerra Mundial. Seu comportamento contrasta totalmente com o tratamento dos europeus do leste pela União Soviética durante a mesma era. Os Estados Unidos, ao contrário do que pensam alguns críticos, não estão utilizando a nova estrutura estratégica para explorar o povo russo. Os Estados Unidos não temem uma Rússia poderosa; ao contrário, eles buscam evitar uma Rússia ameaçadora.

A NOVA ESTRUTURA ESTRATÉGICA E A MELHORIA DAS PERSPECTIVAS PARA O POVO RUSSO

Vale a pena dedicar tempo à análise dos detalhes de como a nova estrutura estratégica melhorará as perspectivas do povo russo. Os elementos positivos da nova estrutura estratégica para o povo russo incluem:

- **Melhores perspectivas para a paz na frente ocidental da Rússia.** Com relação às questões regionais, a nova estrutura estratégica coloca a Rússia em contato mais próximo com a estrutura de segurança liderada pela Otan na Europa. Essa estrutura pós-Guerra Fria ajuda a reduzir a possibilidade de insegurança e conflitos militares na Europa. Como resultado, o povo da Rússia não enfrenta ameaça séria de conflito militar proveniente de países ao seu oeste. A cooperação regional com os Estados Unidos estende-se também a outras áreas do mundo.
- **Luta mais eficaz contra o crime organizado.** O crime organizado tem sido problema sério para a Rússia e a nova estrutura estratégica incentivou a cooperação russo-americana nesta área crítica. No último mês de janeiro, entrou em vigor o Tratado Russo-Americano sobre Assistência Mútua em Assuntos Criminais. O tratado destina-se a auxiliar a reduzir a vulnerabilidade do povo russo a

empreendimentos criminais organizados internacionais.

- **Melhores perspectivas econômicas.** A expansão das oportunidades econômicas está no centro dos esforços para melhorar a vida dos russos. A nova estrutura estratégica prevê a integração da Rússia à economia mundial, endossando o acesso da Rússia à Organização Mundial do Comércio. O presidente Bush assumiu firme compromisso com o convencimento do Congresso a graduar a Rússia das restrições da Emenda Jackson-Vanik, medida da Guerra Fria projetada para permitir a livre emigração da União Soviética. Por fim, os Estados Unidos estão preparados para trabalhar com a Rússia na área de desenvolvimento e exploração de energia.
- **Assistência no combate ao terrorismo internacional.** Os Estados Unidos receberam um golpe sério dos terroristas internacionais em 11 de setembro de 2001. Não está sozinho, entretanto, para enfrentar a ameaça terrorista. A Rússia e os Estados Unidos vêm cooperando de perto para enfrentar a ameaça terrorista desde o ataque de 11 de setembro. Essa cooperação deverá reduzir a possibilidade de que o povo russo sofra no futuro o tipo de ataque enfrentado pelo povo norte-americano.
- **Maior estabilidade estratégica e redução dos encargos de defesa.** O término da busca do relacionamento com os Estados Unidos com base na política do poder permitiu à Rússia assinar um tratado com os Estados Unidos para reduzir operacionalmente as ogivas nucleares estratégicas operacionalmente desdobradas para 1.700 a 2.200 de cada lado. Isso ajudará a reduzir os gastos de defesa impostos à economia russa. As medidas de transparência deverão também limitar ao ponto de desvanecimento a probabilidade de confrontação estratégica. A cooperação na defesa antimísseis também faz parte da estrutura estratégica, que deverá permitir que os dois Estados abordem a ameaça de proliferação de mísseis.

CONCLUSÃO

O povo russo não deverá ser, para citar Masha Lipman, “passivo e relutante” em seu apoio a uma

política de cooperação com os Estados Unidos. (3)
Eles deverão estar comemorando. Eles receberão os benefícios tangíveis de um relacionamento entre os Estados Unidos e a Rússia que não é mais orientado por tentativas desesperadas para atingir uma posição de dominância. Com isso, o povo russo não será mais instado por seu governo a fazer sacrifícios em nome de uma competição política com os Estados Unidos. Eles deverão reconhecer, portanto, a oportunidade que lhes está sendo oferecida pelo novo relacionamento russo-americano. ©

¹. Casa Branca, "Texto da Declaração Conjunta", 24 de maio de 2002, disponível no endereço <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/05/print/20020524-2.html>.

². Masha Lipman, "In Russia, A Grudging Consensus" (Na Rússia, Consenso Rancoroso), The Washington Post, 27 de maio de 2002, pág. A23.

³. Ibid.

Nota: As opiniões expressas neste artigo são as do autor e não refletem, necessariamente, as opiniões ou políticas do governo dos Estados Unidos.

A NOVA ESTRUTURA ESTRATÉGICA RUSSO-AMERICANA: AVALIAÇÃO PRELIMINAR

Michael O'Hanlon

*Participante sênior de Estudos de Política Externa
Instituto Brookings*



A nova estrutura estratégica russo-americana “foi surpreendentemente bem sucedida até aqui”, mas “muito ainda precisa ser feito” para atender à agenda de segurança nuclear e não-proliferação nuclear, afirma Michael O’Hanlon, participante sênior de Estudos de Política Externa do Instituto Brookings.

Em 2002, os governos Bush e Putin concluíram importante acordo de redução de armas nucleares estratégicas, mesmo enquanto os Estados Unidos se preparavam para retirar-se formalmente do Tratado Anti-Mísseis Balísticos (ABM) de 1972. Considerando essas duas importantes decisões, juntamente com outras políticas relacionadas com o setor nuclear dos dois países, como a definição da nova estrutura estratégica russo-americana, como podemos afirmar que está funcionando até aqui e até que ponto seu futuro é promissor?

Esta é uma questão complexa com uma série de aspectos. De forma geral, minha determinação é que, no que se refere a ela, a nova estrutura vem sendo surpreendentemente bem sucedida até aqui. Os efeitos combinados do término do Tratado ABM e da concordância em reduzir as forças nucleares de longo alcance posicionadas em cada país para cerca de 2.000 ogivas até 2012 deverão ter saldo estabilizante, embora ainda respeitando o espírito das convocações do Tratado de Não-Proliferação Nuclear de 1968 por desarmamento nuclear gradual. Muitos dentre nós que nos preocupamos grandemente com os efeitos da decisão de retirada do Tratado ABM em particular, estes desenvolvimentos foram bastante renovadores. O presidente Vladimir Putin pode ser creditado com a parte do leão por esta situação, devido a sua disposição de negociar reduções de armas mais ofensivas, ainda que aceitasse o término do Tratado

ABM por decisão dos Estados Unidos. Mas o presidente George W. Bush também merece crédito pela firme abordagem às negociações e por seus bem sucedidos esforços para estabelecer confiança com o presidente russo. Para a Rússia em particular, a nova estrutura estratégica deverá ajudar a economizar dinheiro do seu orçamento de defesa, ao reduzir as forças ofensivas. Para Washington, ela possibilitará a construção de defesas antimísseis que, se desdobradas a níveis modestos, podem proporcionar proteção útil para os Estados Unidos e seus aliados; e talvez também à Rússia.

Em sentido mais amplo, entretanto, a nova estrutura estratégica deve ser considerada apenas um sucesso parcial ou temporário. Em certa medida, os russos ao lado do Sr. Putin estão menos felizes com ela; caso sua influência política aumente na Rússia nos próximos anos, poderá resultar reação contrária. Essa preocupação não é, por si própria, razão para mudar os elementos ofensivos e defensivos da nova estrutura ou considerá-la um fracasso, mas é real. Será necessário vigilância.

Uma preocupação maior refere-se à agenda nuclear restante que o novo acordo não aborda. As forças nucleares das superpotências permanecem em alta prontidão, alertas para rápido lançamento. Elas também continuam a conter dezenas de milhares de armas nucleares que, se não forem adequadamente protegidas, poderão levar ao resultado impensável de

um dispositivo nuclear nas mãos de terroristas da Al-Qaeda. A nova estrutura estratégica ofensiva e defensiva desenvolvida por Bush e Putin não será causa direta desse resultado. Mas, até o ponto em que os líderes dos dois países considerem erroneamente seu trabalho relacionado com o setor nuclear agora a ser feito, poderá haver conseqüências enormemente perigosas.

QUESTÕES TRADICIONAIS: OFENSAS ESTRATÉGICAS E DEFESAS ANTIMÍSSEIS

Conforme observado acima, a abordagem de Bush e Putin às questões tradicionais de controle de armas parece bem sucedida, pelo menos em sentido restrito. Foram negociadas reduções substanciais das ogivas posicionadas. Os Estados Unidos insistiram no direito de manter reserva de ogivas e exceder o teto de 1.700 a 2.200 ogivas estratégicas, não apenas antes de 2012, mas também depois que o tratado deixar de comprometer as duas partes. Nesse sentido, o acordo possui relativamente pouco alcance. Mas, mais importante, ele dá à Rússia cobertura para fazer reduções nucleares que são necessárias, dada sua situação econômica. A Rússia provavelmente o fará agora. Além disso, as chances de que os Estados Unidos realmente adicionem mais ogivas às suas forças nucleares nos próximos anos são extremamente remotas, visto a utilidade limitada das armas nucleares e o desejo do Pentágono de utilizar lançadores de armas estratégicas para fins convencionais. Devido à melhoria do relacionamento entre as superpotências e a nova agenda de segurança internacional que apresenta preocupações muito maiores com o terrorismo que a guerra nuclear das superpotências, um tratado ultrapassado com disposições severamente comprometedoras permanece desnecessário, pelo menos dentro da esfera ofensiva estratégica.

A escala de reduções do novo acordo não é extraordinária, já que é essencialmente idêntica à que foi contemplada por Bóris Yeltsin e Bill Clinton em uma estrutura ampla do START (Tratado de Redução de Armas Estratégicas) III em 1997. Mas, como estes presidentes nunca foram capazes de se mover abaixo das restrições do START I, devido à oposição dos seus respectivos legislativos e outros fatores, Bush e Putin deram, entretanto, um passo importante ao

idealizarem um acordo que provavelmente entrará realmente em vigor no futuro próximo.

Como para o Tratado ABM, sua retirada foi preocupante, principalmente devido aos seus possíveis efeitos sobre a Rússia e, portanto, sobre o relacionamento nuclear mais amplo entre as superpotências. Moscou poderá ter considerado a decisão como busca renovada dos Estados Unidos por vantagens nucleares estratégicas, apesar das reivindicações de Washington de que não buscava esse fim e desejava defesas apenas para o problema dos Estados hostis. Como a Rússia decidiu não reagir fortemente à decisão de retirada e não permitir deterioração naquele relacionamento, a perda do Tratado ABM por si própria aparentemente não impõe problema importante. Em minha opinião, teria sido preferível se Washington houvesse proposto uma modificação no tratado que permitisse defesas limitadas, em vez de insistir na retirada ou anulação. Mas, à luz da suave reação de Moscou, a abordagem do sr. Bush aparentemente teve efeito quase tão bom e foi de implementação consideravelmente mais simples que essa renegociação.

Ainda poderão surgir problemas. A decisão de retirada do Tratado ABM poderá ainda gerar problemas ao relacionamento sino-americano. O conceito de defesa antimísseis balísticos ilimitada poderá também gerar gasto do orçamento de defesa dos Estados Unidos. Em algum ponto no futuro, após as defesas serem realmente posicionadas, poderá ter como resultado problemas no relacionamento russo-americano, particularmente se o Sr. Putin não estiver mais no poder e houver um líder mais tradicional no Kremlin. Mas essas preocupações podem provavelmente ser tranquilizadas por uma defesa que tenha seu tamanho real limitado após ser posicionada.

AGENDA NUCLEAR E ESTRATÉGICA MAIS AMPLA

Mas seria muito restrito determinar a nova estrutura estratégica com base em padrões antigos. Da mesma forma que essa nova estrutura foi de muito mais fácil criação que os acordos anteriores entre as superpotências, dada a importância reduzida do equilíbrio nuclear estratégico, ela é insuficiente como

orientação para a política nuclear do século XXI. Devemos aplaudir Bush e Putin, mas não por muito tempo; pois ainda há muito a ser feito. Particularmente na era do terrorismo, qualquer estrutura nuclear eficaz deve atender vigorosamente à agenda de segurança nuclear e não-proliferação nuclear. Estes conceitos amplos indicam que se deve prestar atenção à posição de dedo no gatilho das forças nucleares. Além disso, eles exigem atenção permanente com a proteção e defesa de materiais nucleares.

Com relação aos níveis de alertas nucleares norte-americanos e russos, eles permanecem altos demais. Cada lado assegura aos seus cidadãos que as forças nucleares estão seguras de lançamento acidental ou não autorizado e garante que salvaguardas suficientes foram preservadas na era pós-Guerra Fria. Este último ponto pode ser verdadeiro, mas apenas pelos padrões da Guerra Fria, quando aceitamos grau substancial de perigo nuclear no relacionamento nuclear bilateral. Nesta era, não há necessidade plausível de fazê-lo. Devido à excelente capacidade de sobrevivência dos submarinos norte-americanos e razoavelmente boa capacidade de sobrevivência de mísseis russos com base em silos, cada lado pode permanecer confiante das suas capacidades de intimidação de segundo golpe, mesmo se suas forças exigirem horas ou dias para preparar-se para lançamento. Existe uma série de formas para reduzir os níveis de alerta; elas deverão ser buscadas seriamente, em parte através de medidas unilaterais e em parte através de acordo mútuo russo-americano, seja ele formal ou informal.

Tão importante quanto a questão do alerta é, entretanto, a questão muito mais premente de proteger o vasto conjunto de materiais e ogivas nucleares russas em excesso espalhadas por todo aquele país. As ogivas estratégicas posicionadas não são o problema principal; ogivas táticas amplamente dispersas e mal guardadas, bem como o excesso de plutônio e urânio altamente enriquecido, são a preocupação principal. Isso é especialmente verdadeiro devido às difíceis condições econômicas da Rússia e ao estado desordenado das suas forças de segurança. Sob essas circunstâncias, as chances de que materiais perigosos sejam roubados ou vendidos para organizações terroristas são preocupantemente

altas.

O que fazer nessas circunstâncias? Especialistas nucleares, incluindo Matt Bunn da Universidade de Harvard e a Comissão Baker-Cutler em Washington, descreveram medidas que podem ser tomadas, desenvolvendo sobre os esforços de Redução Cooperativa de Ameaças Nunn-Lugar da última década, mas sem avançar mais. As ogivas táticas e materiais de fissão necessitam ser trazidos para menos locais, colocados sob melhores controles físicos e humanos, inventariados com exatidão, contados e gradualmente destruídos. A infraestrutura científica que criou estas capacidades necessita ser convertida de forma sustentável, com indivíduos reempregados em outras ocupações. Além da Rússia, os reatores nucleares do mundo necessitam ser colocados sob salvaguardas mais abrangentes e rigorosas. A soma total dessas necessidades pode requerer gastos de US\$ 1 bilhão a US\$ 2 bilhões a mais por ano, além do esforço existente que envolve cerca de US\$ 1 bilhão anualmente em fundos norte-americanos. O auxílio europeu e japonês pode unir-se a maior assistência dos Estados Unidos. Maiores contribuições russas poderão ser induzidas, por exemplo, com trocas de dívida por não-proliferação. Com base nesses acordos, a Rússia teria perdoada uma parcela das suas dívidas internacionais caso concordasse em aumentar os gastos em segurança e proteção nuclear.

Além disso, a cooperação nuclear da Rússia com o Irã é preocupação importante. Pode não ser realista suspendê-la totalmente. Mas os Estados Unidos podem fazer progressos adotando uma abordagem com tom um pouco mais variado. Primeiramente, ela pode suspender a oposição às vendas de armas mais convencionais pela Rússia ao Irã; estas não são geralmente tão perigosas quanto as transferências relacionadas a armas nucleares e algumas até têm raciocínio de autodefesa para o regime de Teerã. Em segundo lugar, Washington pode forçar Moscou a insistir em salvaguardas muito mais restritas para o seu programa iraniano.

CONCLUSÃO

O novo acordo de armas estratégicas entre a Rússia e os Estados Unidos, embora não possua o alcance dos

acordos anteriores, parece proporcionar provavelmente estrutura em que os dois lados reduzirão suas forças ofensivas mobilizadas, economizarão dinheiro, atenderão suas necessidades de não-proliferação internacional e continuarão a desarmar o legado da sua confrontação nuclear. O fato de que foi atingido apesar do quase simultâneo cancelamento do Tratado ABM testemunha a sabedoria e flexibilidade do presidente Putin, bem como os esforços de negociação do governo Bush.

Entretanto, a atenção do governo Bush com as questões de não-proliferação tem sido variável e insuficiente até aqui. Após assumir o poder ameaçando cortar em vez de expandir o programa Nunn-Lugar e programas relacionados, o secretário da Defesa Donald Rumsfeld foi finalmente convencido a manter as atividades em andamento. Reconhecidamente, eles nem sempre foram completamente eficazes e os programas envolvem algum desperdício, mas as apostas são altas demais e a questão urgente demais para esperar ou aguardar um programa mais perfeito.

Manter os programas em seus níveis anteriores, entretanto, não é suficiente. Agora o perigo é que o

Sr. Bush e o Sr. Putin agora desejam reivindicar que o problema nuclear foi em grande parte solucionado, apontando para a sua nova estrutura sobre questões ofensivas e defensivas tradicionais, da mesma forma que os presidentes Richard Nixon e Leonid Brezhnev ou George H. W. Bush e Mikhail Gorbachev esperavam que os esforços SALT (Tratado de Limitação de Armas Estratégicas) e START solidificassem seus lugares nos livros de História.

Este tipo de sucesso ultrapassado em negociação, entretanto, não será suficiente. Se houver, esta foi a parte fácil e menos importante da equação. O governo Bush necessita particularmente considerar as conquistas da cúpula de Moscou em maio de 2002 como não mais que a primeira página da nova estrutura nuclear russo-americana e voltar logo ao trabalho. ©

Nota: As opiniões expressas neste artigo são as do autor e não refletem, necessariamente, as opiniões ou políticas do governo dos Estados Unidos.

A CRESCENTE AMEAÇA DAS ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA NO ORIENTE MÉDIO

Anthony H. Cordesman

*Cátedra Arleigh A. Burke de Estratégia
Centro de Estudos Internacionais e Estratégicos*



“As tensões sub-regionais no norte da África, no Golfo e no sul da Ásia, juntamente com as tensões associadas ao conflito árabe-israelense, interagem de formas que podem bem forçar todas as principais potências do Oriente Médio a prosseguirem em seus esforços de aquisição de armas químicas, biológicas, radiológicas e nucleares e sistemas de lançamento”, afirma Anthony H. Cordesman, que ocupa a Cátedra Arleigh A. Burke de Estratégia do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais.

No lugar dos esforços internacionais de controle de armas e diversas discussões de zonas livres de armas de destruição em massa no Oriente Médio, as principais potências da região consideram claramente as armas químicas, biológicas, radiológicas e nucleares (CBRN) como instrumentos fundamentais do poder. O mesmo é verdadeiro sobre sistemas de fornecimento de longo alcance, tais como mísseis. Neste momento, o Iêmen parece ser o único país que desistiu voluntariamente dessas armas e somente o fez porque a deterioração do seu pequeno estoque de armas químicas e sua instabilidade para obter apoio externo contínuo para seus mísseis FROG e Scud B deixaram poucas opções.

SITUAÇÃO ATUAL DA PROLIFERAÇÃO: RESUMO PAÍS POR PAÍS

Situação atual de proliferação no Oriente Médio, envolvendo países do norte da África até a Ásia Central, pode ser resumido conforme abaixo:

Argélia

Algum desenvolvimento de tecnologia de armas químicas e biológicas. Considerou um programa de armas nucleares. Examinou opções de obtenção de mísseis de longo alcance.

Líbia

Possui grandes instalações de produção para armas químicas, mas somente produção real limitada. Os estoques são provavelmente ainda de menos de 200

toneladas. Buscou a obtenção de tecnologia de armas biológicas com sucesso limitado. Tentou um programa de armas nucleares, mas os esforços contínuos tiveram pouco sucesso. Possui estoques significativos de FROGs e Scud Bs e tentou adquirir ou produzir mísseis de alcance mais longo. Disparou um míssil para a ilha italiana de Lampadusa.

Egito

Preservou alguma capacidade de guerra química. Parece ter desenvolvido armas biológicas, mas não as produziu, estocou nem se armou com elas. Seu programa de armas nucleares é um fracasso e há tempo inativo. Possui mísseis Scud e está buscando criar mísseis Scud de maior alcance similares aos projetos norte-coreanos. Buscou desenvolver mísseis de alcance mais longo no passado.

Israel

Desenvolveu armas químicas e biológicas e a capacidade de armar-se com elas, mas não parece tê-las produzido. Nunca anunciou publicamente sua posse de armas nucleares e depende de meio de intimidação “não declarado”. Israel possui extenso estoque nuclear, que provavelmente inclui armas de fusão e impulsivas (dispositivos de fissão com maiores rendimentos) e algumas “armas nucleares campais” de baixo rendimento. Possui capacidade de satélite para direcionamento nuclear de longo alcance. Pode fornecer armas nucleares com mísseis balísticos de longo alcance que podem atingir qualquer alvo no Oriente Médio e com aeronave de impacto de longo alcance que pode ser reabastecida.

HISTÓRIA DURADOURA DE PROLIFERAÇÃO REGIONAL

A proliferação não é um problema novo no Oriente Médio. Nações como o Egito e Israel começaram pela primeira vez a buscar armas nucleares no início da década de 1960. O Egito utilizou armas químicas quando interveio na guerra civil no Iêmen na década de 1960 e tanto Israel como seus oponentes estavam fortemente equipados para a guerra química durante a Guerra de Outubro em 1973. Apesar de diversas negativas, especialistas de inteligência dos Estados Unidos estão convencidos de que o Xá do Irã iniciou o programa de armas nucleares do Irã na década de 1970 e poucos duvidam que o Iraque estivesse buscando ativamente armas nucleares no momento em que jatos israelenses atingiram seu reator de Osirak em 1981.

O uso mais dramático de armas de destruição em massa no Oriente Médio ocorreu durante a Guerra Irã-Iraque de 1980/1988. O Iraque utilizou primeiramente o gás mostarda e, em seguida, armas químicas mais sofisticadas. Ele não apenas intensificou firmemente seus ataques químicos sobre concentrações de tropas iranianas, mas às vezes atacou cidades e civis curdos. O pior desses ataques teve lugar sobre civis curdos em Halabjah, mas parece ter havido uma série de outros usos mais limitados dessas armas. O Irã foi muito mais lento que o Iraque na sua aquisição e uso de armas químicas, mas especialistas em inteligência dos Estados Unidos acreditam que o Irã já utilizou suas próprias armas em números limitados ou utilizou armas

capturadas.

A proliferação de mísseis é também um problema antigo na região. A antiga União Soviética começou a vender foguetes FROG de curto alcance aos seus aliados no Oriente Médio no final da década de 1960 e essas vendas foram logo seguidas por vendas dos primeiros tipos de mísseis de cruzeiro, como o SAMLET, e mísseis balísticos de alcance médio, como o Scud. Israel reagiu obtendo tecnologia de mísseis da França e acredita-se que tenha colocado seus primeiros mísseis Jericó em produção no início da década de 1970. A Síria disparou mísseis Scud contra Israel durante a Guerra de Outubro de 1973. Em meados da década de 1970, Israel havia posicionado seus primeiros mísseis de longo alcance com armas nucleares.

Irã e Iraque fizeram extenso uso de mísseis Scud contra suas respectivas as capitais na chamada “guerra das cidades”, durante a Guerra Irã-Iraque. Nessa época, o Iraque desenvolveu e utilizou sua versão de maior alcance do Scud. O Iraque utilizou posteriormente Scuds contra Israel e Arábia Saudita durante a Guerra do Golfo em 1991 e desenvolveu ogivas químicas e biológicas para seus mísseis, bem como bombas químicas e biológicas para uso contingencial. Enquanto tentavam avançar ainda mais com seu programa de mísseis, altas autoridades do Egito foram pegas contrabandeando tecnologia de mísseis dos Estados Unidos e do Canadá.

Provavelmente desenvolvendo mísseis de cruzeiro para submarinos e possível fornecimento superficial de armas nucleares.

Síria

Possui gás mostarda e diversas variedades de armas químicas. Estas estão estocadas em bombas, ogivas de mísseis e possivelmente em armas de artilharia. Possui extenso programa de pesquisa biológica. Deve estar na linha de frente da transformação de

agentes biológicos em armas e pode já possuir algumas armas. Possui extenso estoque de Scud Bs e mísseis norte-coreanos de alcance mais longo. Nenhuma evidência de programa de armas nucleares.

Irã

Produziu e armazenou gás mostarda e armas químicas e possui bombas, ogivas de mísseis e ogivas de artilharia. Empreendeu significativo esforço de elaboração de armas biológicas, mas a situação de

desenvolvimento e transformação em armas de agentes biológicos é incerta. Está em processo de desenvolvimento de armas nucleares e deve ter atingido o ponto em que pode fabricar todos os aspectos de armas de fissão, exceto material de fissão. Possui grandes quantidades de Scud Bs e mísseis norte-coreanos de alcance mais longo e está trabalhando em um IRBM (míssil balístico de alcance intermediário) de alcance mais longo, denominado Shahab 3.

Iraque

Detinha capacidade de fabricar mísseis Scud de maior alcance e, na época da Guerra do Golfo Pérsico, possuía grandes estoques deles. Além disso, o Iraque possuía capacidades similares em termos de agentes químicos avançados e agentes biológicos “úmidos”. Possuía avançado programa de armas nucleares e todos os elementos necessários, exceto material de fissão. Possuía extensos programas de centrifugação e Calutron (sistemas de enriquecimento de urânio até níveis em grau de armas) para adquirir esse material. A Guerra do Golfo e oito anos de agressivas inspeções e destruição de armas pela UNSCOM (Comissão Especial das Nações Unidas) reduziram grandemente as capacidades iraquianas. Entretanto, o Iraque reteve importante programa de cobertura de armas CBRN e mísseis. Além disso, ele retém alguns mísseis Scud e armas químicas e biológicas e continua a desenvolver a tecnologia de armas nucleares.

Arábia Saudita

A Arábia Saudita não possui armas de destruição em massa. Ela comprou, entretanto, mísseis balísticos CSS-2 de longo alcance da China. Muitas autoridades de primeiro escalão mantiveram conversações com autoridades envolvidas no programa nuclear paquistanês e possivelmente com autoridades similares em outros países.

Paquistão

Embora o Paquistão não seja parte do Oriente Médio, o Irã utiliza a corrida armamentista de mísseis e nuclear do Paquistão com a Índia como uma das suas razões para desenvolver seus próprios mísseis de longo alcance; as autoridades iranianas referem-se privadamente às tensões com o Paquistão como possível razão para a proliferação iraniana.

DEDICAR PRIORIDADE À AMEAÇA IMPOSTA PELO IRÃ E PELO IRAQUE

Ao observar esta lista de atividades, existem diversos pontos que precisam ser levantados da questão de política norte-americana e a ameaça geral que a proliferação contínua de CBRN impõe à região. O presidente Bush está quase inteiramente correto ao indicar o Irã e o Iraque como os dois proliferadores mais perigosos do Oriente Médio. O Iraque está firmemente comprometido com seus programas de mísseis e proliferação, possui armas químicas e biológicas, bem como alguns estoques de mísseis ocultos e quase certamente continua a buscar armas nucleares. É bem provável que o Iraque tenha avançado a ponto de possuir armas biológicas secas armazenáveis que sejam tão letais quanto armas de fissão nuclear e que dominou a capacidade de configurar bombas e ogivas de formas que possam disseminar essas armas de forma eficiente.

O Irã agora tem estoques significativos de diversas armas químicas, desenvolveu e pode ter direcionado armas biológicas, possui grandes quantidades de mísseis Scud e está testando mísseis de alcance muito mais longo que podem atingir virtualmente qualquer alvo no Oriente Médio. No lugar das negativas, o Irã está quase certamente desenvolvendo armas nucleares. Embora o Iraque tenha sido por muito tempo muito mais agressivo que o Irã na busca de desenvolvimento adicional das suas armas de destruição em massa, o regime dividido do Irã deixa o poderio militar e as armas de CBRN nas mãos da sua linha dura e de extremistas.

Ambas as nações impõem ameaças aos seus vizinhos e aos Estados Unidos, bem como a toda a região, que abriga dois terços de todas as reservas de petróleo conhecidas do mundo. Estas ameaças, por sua vez, mais que justificam os esforços norte-americanos para manter sanções militares sobre o Irã e bloquear a transferência de tecnologia e componentes de armas para o Irã e para o Iraque. Elas também reforçam a necessidade de fortes capacidades de contingenciamento militar dos Estados Unidos na região do Golfo e o esforço para desenvolver melhores defesas anti-mísseis de campo que possam ser utilizadas para defender as forças norte-americanas, nações aliadas e as instalações de

exportação de energia da região que são tão críticas na economia global.

Além disso, as ameaças apresentadas pela proliferação contínua e disseminada ajudam a explicar por quê o presidente Bush advertiu o mundo, em seu discurso em West Point no início de junho de 2002, que os Estados Unidos poderão realizar ataques antecipados contra as fontes dessas ameaças. A predominância dessas ameaças também ajuda a explicar por quê a nova estratégia militar norte-americana que surgiu da Análise da Postura Nuclear (NPR), publicada em 31 de dezembro de 2001, enfatiza tanto opções nucleares como convencionais para intimidar e defender-se contra essas ameaças. O NPR também discute a necessidade de que os Estados Unidos estendam a cobertura do seu meio de intimidação para proteger seus aliados; concede ao aumento da defesa a mesma prioridade da ofensiva; e torna o aumento das capacidades de inteligência, comando e controle necessárias para detectar e direcionar armas de CBRN e sistemas de lançamento a terceira parte da nova tríade norte-americana.

AS QUESTÕES MAIS AMPLAS SOBRE PROLIFERAÇÃO REGIONAL

O problema da proliferação no Oriente Médio envolve, entretanto, uma série de questões diferentes das ameaças impostas pelo Irã e pelo Iraque. Primeiramente, fica claro a partir dos documentos da Al-Qaeda capturados no Afeganistão que os grupos terroristas estão tentando seriamente adquirir armas de CBRN. De forma similar, o amplo impacto político e econômico dos ataques com antraz nos Estados Unidos (em seguida aos ataques de 11 de setembro de 2001) demonstra como podem ser prejudiciais mesmo os ataques mais limitados com armas de CBRN. Eles também demonstram que podem suceder ataques anônimos ou encobertos, oferecendo a expectativa de que os ataques futuros poderão envolver agentes muito mais letais.

Os motivos da proliferação também são complexos e é perigoso considerar que o Irã e o Iraque devam ser o único foco de preocupação, ou que qualquer Estado suspenderia a proliferação caso seu líder fosse substituído. As tensões sub-regionais no norte da África, no Golfo e no sul da Ásia, juntamente com as

tensões associadas ao conflito árabe-israelense, interação de formas que podem muito bem forçar todas as principais potências do Oriente Médio a prosseguirem em seus esforços de aquisição de armas químicas, biológicas, radiológicas, nucleares e sistemas de lançamento, independentemente da natureza do regime no governo.

ESTÁ ENVOLVIDA A SEGUINTE COMBINAÇÃO DE MOTIVOS:

- A busca de status e prestígio e o fato de que as armas de CBRN e mísseis também possuem importante “fator de destaque” em uma região que frequentemente correu para adquirir as últimas armas, independentemente da sua capacidade de absorção eficaz e de fornecimento de treinamento e manutenção adequadas.
- A necessidade de intimidar outros Estados, acoplada à incerteza do quê necessita ser intimidado em uma região onde a maior parte dos proliferadores mente sobre seus esforços de mísseis e CBRN e dependem de forças não declaradas.
- A necessidade de aprimorar as capacidades bélicas e utilizar armas de CBRN como “equalizador” para deter ou derrotar inimigos com forças convencionais superiores.
- A lição da Guerra Irã-Iraque e da Guerra do Golfo de que mísseis e armas de destruição em massa fornecem às nações status prático e poder e podem ser utilizados contra alvos militares e civis.
- A necessidade de deter ou suspender a utilização de CBRNs por forças de projeção de potência norte-americanas e outras externas.
- A situação das corridas armamentistas permanentes com vizinhos: Argélia-Líbia-Marrocos, Egito-Israel-Síria e Irã-Iraque-Sul do Golfo.
- A incapacidade de Estados de confiarem no controle de armas e restrições nacionais e prevenir o inimigo futuro.
- O fato de que não existe forma de conhecer ou prever a escala dos esforços sendo realizados por

outros importantes participantes regionais, juntamente com a dificuldade de determinação das suas capacidades em certos tipos de armas e caracterização do risco que apresentam essas armas.

- O impacto das tendências mais amplas no “grande Oriente Médio”, incluindo a sobreposição crescente de corridas armamentistas mencionadas anteriormente, mais o impacto da proliferação norte-coreana e a corrida armamentista entre Índia e Paquistão.
- Os mísseis e armas de CBRN são ferramentas poderosas de intimidação, mesmo que nunca tenham sido utilizadas em guerra.
- A proliferação é uma alternativa a investimentos muito mais caros em forças convencionais.
- O desejo de criação de ameaças existenciais que são consideradas tão grandes por certos inimigos que eles nunca arriscariam nenhum nível mais baixo de ação militar.
- Reação à ausência de regimes significativos de controle de armas.
- Desejo de criar a capacidade para ataques assimétricos ou encobertos devastadores por Estados, seus procuradores ou grupos terroristas.
- Habilidade percebida de explorar a falta de capacidades eficazes de defesa das instalações fundamentais e civis e de defesa antimísseis balísticos táticos do inimigo.

Outra severa realidade molda o processo de proliferação na região. Os avanços em biotecnologia (acoplados à ampla disseminação na região de instalações de pesquisa e biotecnologia, capacidade de processamento de alimentos e produção farmacêutica) já tornam impossível a aplicação de regimes de controle de armas e controle de exportação de formas que possam evitar a produção de armas biológicas, algumas das quais poderão apresentar letalidade equivalente a pequenas armas nucleares. A região adquirirá inevitavelmente a capacidade de produzir armas geneticamente modificadas ainda mais letais ao longo dos próximos cinco a dez anos e a escala de esforços envolvida será suficientemente pequena para que grupos terroristas sejam capazes de produzir essas armas.

Não existem perspectivas atuais de que os regimes de controle de armas e controle de exportação possam suspender a capacidade de Estados regionais adquirirem lentamente armas nucleares e mísseis balísticos de longo alcance. Também é muito claro, entretanto, que, mesmo se esses controles pudessem ser desenvolvidos, os Estados regionais simplesmente buscariam armas biológicas e métodos menos óbvios de envio. Como resultado, lidar com ameaças de CBRN é provavelmente um aspecto permanente dos problemas de segurança do Oriente Médio. ©

Nota: As opiniões expressas neste artigo são as do autor e não refletem, necessariamente, as opiniões ou políticas do governo dos Estados Unidos.

Armas de Destruição em Massa: A Nova Estrutura Estratégica BIBLIOGRAFIA

Salientamos que o Departamento de Estado dos Estados Unidos não assume nenhuma responsabilidade pelo teor e acessibilidade dos recursos relacionados abaixo; essa responsabilidade reside unicamente com os provedores.

Ackerman, Gary; Snyder, Laura. "WOULD THEY IF THEY COULD?" (Eles o Fariam se Pudessem?) (*Bulletin of the Atomic Scientists*, vol. 58, nº 3, maio/junho de 2002, págs. 40-47)
<http://www.thebulletin.org/issues/2002/mj02/mj02ackerman.html>

Barletta, Michael, ed. "AFTER 9/11: PREVENTING MASS-DESTRUCTION TERRORISM AND WEAPONS PROLIFERATION" (Após 9/11: Como Prevenir o Terrorismo de Destruição em Massa e a Proliferação de Armas). Monterey, CA: Centro de Estudos de Não-Proliferação, Instituto Monterey de Estudos Internacionais, maio de 2002, 80 págs.
<http://cns.miis.edu/pubs/opapers/op8/index.htm>

Butler, Richard. "THE GREATEST THREAT: IRAQ, WEAPONS OF MASS DESTRUCTION, AND THE GROWING CRISIS OF GLOBAL SECURITY" (A Maior Ameaça: Iraque, Armas de Destruição em Massa e a Crescente Crise da Segurança Global). Nova York: "Public Affairs", 2001. 288 págs.
<http://www.publicaffairsbooks.com/books/gre-pbk.html>

Cirincione, Joseph. "DEADLY ARSENALS: TRACKING WEAPONS OF MASS DESTRUCTION" (Arsenais Mortais: Rastreamento de Armas de Destruição em Massa). Washington: Instituto Brookings, 2002. 450 págs.
<http://www.ceip.org/files/Publications/DeadlyArsenals.asp?from=pubdate>

Cordesman, Anthony. "STRATEGIC THREATS AND NATIONAL MISSILE DEFENSES: DEFENDING THE U. S. HOMELAND" (Ameaças Estratégicas e Defesas Nacionais contra Mísseis: Como Defender o Território Norte-Americano). Westport, CT: Praeger, 2001. 416 págs.
http://www.csis.org/pubs/2001_strat_threats.htm

Coyle, Philip. "RHETORIC OR REALITY? MISSILE DEFENSE UNDER BUSH" (Retórica ou Realidade? Defesa contra Mísseis sob Bush) (*Arms Control Today*, vol. 32, nº 4, maio de 2002, págs. 3-9)
http://www.armscontrol.org/act/2002_05/coylemay02.asp

Eisendrath, Craig; Marsh, Gerald E.; Goodman, Melvin A. "THE PHANTOM DEFENSE: AMERICA'S PURSUIT OF THE STAR WARS ILLUSION" (A Defesa Fantasma: A Busca dos Estados Unidos pela Ilusão da Guerra nas Estrelas). Westport, CT: Praeger, 2001. 216 págs.
http://www.greenwood.com/books/BookDetail.asp?dept_id=1&sku=C7183

Glaser, Charles L.; Fetter, Steve. "NATIONAL MISSILE DEFENSE AND THE FUTURE OF U. S. NUCLEAR WEAPONS POLICY" (Defesa Nacional contra Mísseis e o Futuro da Política Norte-Americana de Armas Nucleares) (*International Security*, vol. 26, nº 1, verão de 2001, págs. 40-92)
<http://ksgnotes1.harvard.edu/BCSIA/ISPnsf/IS/backissues/summer2001>

Graham, Bradley. "HIT TO KILL: THE NEW BATTLE OVER SHIELDING AMERICA FROM MISSILE ATTACK" (Atingir para Matar: A Nova Batalha sobre a Proteção dos Estados Unidos contra um Ataque com Mísseis). Nova York: "Public Affairs", 2001. 430 págs.
<http://www.publicaffairsbooks.com/books/hit.html>

Lindsay, James M.; O'Hanlon, Michael. "DEFENDING AMERICA: THE CASE FOR LIMITED NATIONAL MISSILE DEFENSE" (A Defesa dos Estados Unidos: O Caso da Defesa Nacional Limitada contra Mísseis). Washington: Instituto Brookings, 2001. 200 págs.
http://www.brook.edu/dybdocroot/press/books/defending_america.htm

Newhouse, John. "THE MISSILE DEFENSE DEBATE" (O Debate da Defesa contra Mísseis) (*Foreign Affairs*, vol. 80, nº 4, julho/agosto de 2001, págs. 97-109)
<http://www.foreignaffairs.org/20010701faessay4997/john-newhouse/the-missile-defense-debate.html>

O'Hanlon, Michael. "CRUISE CONTROL: A CASE FOR MISSILE DEFENSE" (Controle de Cruzeiro: Caso para a Defesa Antimísseis) (*The National Interest*, nº 67, primavera de 2002, págs. 89-93)
<http://www.nationalinterest.org/issues/67/OHanlon.html>

Postol, Theodore A. "WHY MISSILE DEFENSE WON'T WORK" (Por quê a Defesa contra Mísseis não Funcionará) (*Technology Review*, vol. 105, nº 3, abril de 2002, págs. 42-51)
<http://www.techreview.com/articles/postol0402.asp>

Sietzen, Frank. "MISSILE DEFENSE: OPTIONS AND OBSTACLES" (Defesa contra Mísseis: Opções e Obstáculos) (*Aerospace America*, vol. 40, nº 5, maio de 2002, págs. 30-35)
<http://www.aiaa.org/aerospace/index.hfm?issueid=26¢er=1>

Taubes, Gary. "POSTOL VS. THE PENTAGON" (Postol contra o Pentágono) (*Technology Review*, vol. 105, nº 3, abril de 2002, págs. 52-59)
<http://www.techreview.com/articles/taubes10402.asp>

Congresso dos Estados Unidos, Senado, Subcomissão de Tecnologia, Terrorismo e Informações Governamentais "DOMESTIC RESPONSE CAPABILITIES FOR TERRORISM INVOLVING WEAPONS OF MASS DESTRUCTION" (Capacidades de Reação Doméstica para o Terrorismo que Envolvem Armas de Destruição em Massa). Washington: Government Printing Office, 2002. 42 págs.
<http://purl.access.gpo.gov/GPO/LPS17608>

Escritório Geral de Contabilidade dos Estados Unidos. "MISSILE DEFENSE: REVIEW OF ALLEGATIONS ABOUT AN EARLY NATIONAL MISSILE DEFENSE FLIGHT TEST" (Defesa contra Mísseis: Análise de Alegações sobre um Teste Prévio Vôo de Defesa Nacional contra Mísseis). Washington: Government Printing Office, fevereiro de 2002. 49 págs.
<http://www.gao.gov/new.items/d02125.pdf>

Tribunal de Contas dos Estados Unidos. "WEAPONS OF MASS DESTRUCTION: U. N. CONFRONTS SIGNIFICANT CHALLENGES IN IMPLEMENTING SANCTIONS AGAINST IRAQ" (Armas de Destruição em Massa: As Nações Unidas Enfrentam Desafios Significativos na Implementação de Sanções contra o Iraque). Washington: Government Printing Office, maio de 2002. 47 págs.
<http://www.gao.gov/daybook/020529.htm>

Weinberg, Steven. "CAN MISSILE DEFENSE WORK?" (A Defesa contra Mísseis Pode Funcionar?) (*The New York Review of Books*, vol. 49, nº 2, 14 de fevereiro de 2002, págs. 41-46)
<http://www.nybooks.com/articles/15132>

Wirtz, James J.; Larsen, Jeffrey A., eds. "ROCKETS' RED GLARE: MISSILE DEFENSES AND THE FUTURE OF WORLD POLITICS" (Resplendor Vermelho dos Foguetes: Defesas contra Mísseis e o Futuro da Política Mundial). Boulder, CO: Westview, 2001. 368 págs.
<http://www.perseusbooksgroup.com/perseus-cgi-bin/display/0-8133-6450-7>

Armas de Destruição em Massa: A Nova Estrutura Estratégica

SITES NA INTERNET

Salientamos que o Departamento de Estado dos Estados Unidos não assume nenhuma responsabilidade pelo teor e acessibilidade dos recursos relacionados abaixo; essa responsabilidade reside unicamente com os provedores.

Instituto ANSER para a Segurança do Território Nacional: Defesa contra Mísseis
<http://www.homelanddefense.org/displaynews.cfm?id=17>

Associação de Controle de Armas: Recursos Temáticos: Defesa contra Mísseis
<http://www.armscontrol.org/subject/md/>

Instituto Brookings: Defesa contra Mísseis e Armas Nucleares
<http://www.brook.edu/dybdocroot/fp/projects/nmd.htm>

Fundação Carnegie para a Paz Internacional: Projeto de Não-Proliferação
http://www.ceip.org/files/projects/npp/npp_home.ASP

Centro de Informações de Defesa: Defesa contra Mísseis
<http://www.cdi.org/hotspots/missiledefense/>

Centro de Estudos de Não-Proliferação, Instituto Monterey de Estudos Internacionais
<http://cns.miis.edu/>

Conselho para um Mundo Sustentável: Controle de Armas
<http://www.clw.org/control.html>

Conselho de Relações Externas: Armas de Destruição em Massa
<http://www.cfrterrorism.org/weapons/>

Federação de Cientistas Norte-Americanos: Defesa contra Mísseis
<http://www.fas.org/ssp/bmd/index.html>

Pulsção Global: Armas Nucleares e Armas de Destruição em Massa
<http://www.nyu.edu/globalbeat/nukes.html>

Fundação Heritage: Biblioteca de Publicações: Defesa contra Mísseis
<http://www.heritage.org/library/keyissues/missiledefense/>

Universidade da Defesa Nacional: Centro de Pesquisa de Combate à Proliferação
<http://www.ndu.edu/centercounter/index.htm>

Centro Stimson: Projetos Atuais: Redução da Ameaça das Armas de Destruição em Massa
<http://www.stimson.org/?SN=TI20011220106>

Exército dos Estados Unidos: Tropas de Engenheiros: Programa de Defesa de Curso Intermediário com Bases Terrestres
<http://www.hnd.usace.army.mil/bmd/natlmiss.htm>

Exército dos Estados Unidos: Comando de Defesa contra Mísseis e Espacial
<http://www.smde.army.mil/>

Departamento de Defesa dos Estados Unidos: Centro Avançado de Assinatura de Mísseis
<http://www.arnold.af.mil/amsc/>

Departamento de Defesa dos Estados Unidos: Centro de Dados de Integração de Sistemas de Defesa contra Mísseis Balísticos
<http://bmdssc.jntf.osd.mil/>

Departamento de Defesa dos Estados Unidos: Defesa contra Mísseis
<http://www.defenselink.mil/specials/missiledefense/inne.html>

Departamento de Defesa dos Estados Unidos: Agência de Defesa contra Mísseis
<http://www.acq.osd.mil/bmdo/>

Departamento de Defesa dos Estados Unidos: Centro de
Dados de Defesa contra Mísseis
<http://www.cas-mddc.com/>

Departamento de Defesa dos Estados Unidos: Armas de
Destruição em Massa:
<http://www.defenselink.mil/specials/destruction/>

Departamento de Estado dos Estados Unidos: Escritório
de Assuntos Europeus e Eurasiáticos
<http://www.state.gov/p/eur/>

Departamento de Estado dos Estados Unidos:
Programas Internacionais de Informação: Controle de
Armas <http://usinfo.state.gov/topical/pol/arms/>

Departamento de Estado dos Estados Unidos:
Programas Internacionais de Informação: Europa-
Eurásia
<http://usinfo.state.gov/regional/eur/>

Departamento de Estado dos Estados Unidos:
Subsecretário para Controle de Armas e Segurança
Internacional
<http://www.state.gov/t/>

Missão dos Estados Unidos na Otan Especial sobre
Defesa contra Mísseis
<http://www.nato.int/usa/misdef.html>

©

AGENDA DA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

VOLUME 7

PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS

NÚMERO 2



ADM

Armas de Destruição em Massa

A Nova Estrutura Estratégica

julho de 2002